



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 041

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE MAIO DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, secretariada pelos Srs. Deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Ademir Bier (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 176/2004**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - É obrigatória a sinalização nas estradas pelas quais transpassam ou margeiem rios que se constituam mananciais de abastecimento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Inúmeras são as rodovias que cortam os rios mananciais de abastecimento.

A população meirinha, tendo em vista o seu grau de pobreza, muitas vezes utilizam os rios para lavagem de roupas, para jogar detritos domésticos e, até mesmo, como esgoto.

Também, devido à grande circulação de veículos, inúmeros são os que transitam se utilizando destes rios para banhar-se e, também, para necessidades vitais.

Muito embora não seja esta a regra, por vezes há a ocorrência destes fatos, vindo o presente projeto a esclarecer à população de que os rios vêm a abastecer as cidades circunvizinhas.

**PROJETO DE LEI Nº 177/2004**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica denominado o Terminal de Transporte Coletivo do Cachoeira, em Almirante Tamandaré, de Terminal do Cachoeira - Vereador Dirceu Pavoni.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.2004.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A denominação do Terminal de Transporte Coletivo do Bairro Cachoeira, em Almirante Tamandaré, é uma justa homenagem ao grande líder Dirceu Pavoni, falecido em 13.06.2003.

Dirceu Pavoni, nasceu no bairro Cachoeira, em Almirante Tamandaré, em 09 de setembro de 1952. Sempre atuou em trabalhos voltados à comunidade tamandarense, destacando-se no trabalho social em benefício dos mais humildes.

Pavoni foi eleito Vereador em 1988, com 774 votos, sendo reeleito em 1992, com 1.209 votos, a maior votação dada até então a um candidato a Vereador. Em 1996 disputou a Prefeitura Municipal, obtendo mais de 10.000 votos e em 2000, novamente foi aclamado como candidato único das Oposições, somando mais de 15.000 votos.

A homenagem que se presta neste momento é muita justa e atende a vontade dos moradores de Almirante Tamandaré, que perderam prematuramente seu grande líder, que nasceu, viveu e morreu trabalhando pelos humildes de Tamandaré e da Grande Cachoeira.

Dirceu Pavoni, foi casado com Maria Bernadete Afornalli Pavoni, com quem teve dois filhos: Rita de Cássia e Rodrigo. Atualmente a viúva de Dirceu, Dete

Pavoni é Vereadora do PMDB, tendo sido eleita em 2000, com mais de 1.600 votos e continua o grande trabalho social iniciado por Dirceu Pavoni.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Elío Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou falar aqui do Plenário mesmo, uma vez que o assunto que vou abordar não é longo. Apenas para que fique registrado nos Anais da Assembléia que a televisão e as rádios no dia de hoje já tem noticiado do temporal que ocorreu nesta madrugada na região oeste do Estado do Paraná, atingindo diversas Cidades e um dos Municípios mais atingidos foi o Município de Cafelândia.

Nas primeiras horas da manhã, o Prefeito Romano Cherno daquele Município já nos ligava e comunicava que o seu Município e principalmente a Cidade e Cafelândia tinha sido seriamente atingida pelo granizo que durou pouco mais que dez minutos, mas que ficaram centímetros e quase metros de pedras por horas e horas e acho que até neste momento ainda deve ter gelo naquela Cidade. A Cidade, praticamente, todas as casas, incluindo o centro com os bairros, 70% das residências e de todos os estabelecimentos foram atingidos. As viaturas que estavam nas ruas, no relento, todas tiveram seus vidros quebrados, para que se possa ter uma idéia do tamanho dos granizos que atingiram o Município de Cafelândia.

Sei que outros Municípios também foram atingidos e o Prefeito tomou as primeiras medidas na manhã de hoje, Deputado Valdir Rossoni, procurou o Corpo de Bombeiros na Cidade de Cascavel, prontamente foi atendido, as pessoas estão fazendo levantamento nessa Cidade e esperamos que o Governo do Estado do Paraná, através da Defesa Civil, e nós até sugerimos ao Prefeito que procurasse também, via Brasília, sensibilizar o Governo Federal e os Ministérios afins, para que socorressem, principalmente os atingidos desse temporal na noite passada na Cidade e Cafelândia e diversos outros Municípios que foram atingidos.

Faço esse registro e na esperança que o Governo do Estado do Paraná, como já disse, através da vontade civil, que nós sabemos que não existem muitos recursos, mas já que a Assembléia Legislativa tem aprovado na semana passada 9% de suplementação sobre o total do orçamento, o Governo do Estado possa alocar recursos de outras fontes suplementares, exatamente a fonte da Secretaria, ou seja, da Defesa Civil, para que as pessoas de baixo poder aquisitivo, principalmente, sejam atendidas, porque tem residências e bairros que foram atingidos na sua totalidade e é lamentável que este fato tenha acontecido, mas o que vamos fazer contra as interpéries? Não existe nada que possa ser feito. Esperando apenas que os governos possam ser, neste momento, solidários com as pessoas que dele precisam. Muito obrigado, Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados, e na esperança, como disse, que o Governador se sensibilize e aloque recursos urgentes para que as famílias possam ter a sua casa novamente coberta com seu telhado.

**O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem)**

Acho que foi bem relatado pelo Deputado Elio Rusch com referência a Cafelândia. E quero informar a esta Casa que o Município de Toledo, não a cidade, três Distritos foram quase totalmente destruídos. Só para ter uma noção dos fortes ventos, mais de oitenta torres de transmissão e postes foram destruídos pelo vento. Lá está a Defesa Civil preparando a documentação necessária, quem sabe até a tarde possa ser entregue, estamos aguardando a documentação para que a Defesa Civil possa contribuir e colaborar com o acidente ocorrido naquela Região do Oeste do Paraná. O Oeste do Paraná foi muito atingido pelos fortes ventos e o temporal que lá aconteceu na madrugada de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)**

No Pequeno Expediente está com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Tenho acompanhado a cada instante desta Casa. E hoje vejo a preocupação dos Deputados que representam o Oeste do Paraná. E tenho acompanhado, aqui, também as reclamações que aconteceram em União da Vitória no recente problema que teve naquela Cidade. Acho que está na hora do Governo se organizar, ele não pode ficar esperando relatórios da Defesa Civil para depois agir. Acho que está na hora do Governo se organizar, ele não pode ficar esperando relatórios da Defesa Civil para depois agir. Acho que o Governo tem que ser mais ágil parar com essa história de querer relatório, querer saber quantas casas foram atingidas. Acho que o Governo tem que criar uma estrutura de ação. Queria aproveitar, aqui, para dizer que o Governo tem que ter ação. Não pode querer ficar esperando relatórios dos Municípios. Isso é uma vergonha. O Município tem que fazer um relatório para dizer que destelharam cinquenta casas, setenta casas. Um Governo que se preze, que é comprometido com as Cidades deveria ter uma equipe imediatamente. Quando houve a tempestade o Governo deveria estar hoje de tarde lá com toda a sua estrutura, com autorização para comprar telhas para todas as casas e colocar nas casas. Estamos falando de emergência.

Ridículo é quando vemos que o Governo mandou seiscentas telhas, oitocentas telhas. Isso é uma vergonha. Queria fazer este relato, porque quando fui Prefeito de Ponta Grossa acompanhamos diversos vendavais. E quando isso ocorria na madrugada lá estávamos e no dia seguinte toda a equipe da Prefeitura estava lá descentralizada. E no mesmo dia consertávamos as casas, porque tinha boa vontade e respeito aos bairros da nossa Cidade.

Queria fazer esse alerta, que o Governo do Estado, que a Defesa Civil, que o Secretário de Ação Social do Paraná, quando acontecesse um fato desse. Aconteceu ontem de noite e hoje de manhã o Secretário tinha que estar lá em nome do Governador levantando os dados, mandando comprar as coisas e socorrer as famílias. Agora, estou sabendo que quando aconteceu o problema em Santa Catarina o Governo mandou dinheiro para lá. Não sou contra ajudar outro Estado, mas quando é uma Cidade pequena e são pessoas humildes.

Queria deixar como forma e alerta, Deputado Stica, que o Governo do Estado através da Defesa Civil e que o Secretário de Ação Social fossem lá em nome do Governador “*in loco*” resolver os problemas, dar ordem. Pelo menos quando eu era Prefeito eu fazia assim. Espero que o Estado faça, porque as pessoas no Estado do Paraná são pessoas humildes e num momento de fatalidade, de dor e sofrimento é o pior momento de uma Cidade, porque já vi várias vezes acontecer isso.

Espero que as coisas aconteçam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi vítima de um artigo, assinado pelo correspondente norte-americano no Brasil, Larry Rohter, do New York Times, a imprensa de uma maneira geral toda unida condenou esse tipo de reportagem, embasada em fontes não confirmadas ou sob suspeita. Todos nós temos que defender o nosso Presidente da República, diante daquilo que os ingleses costumam chamar “gossips”, as fofocas.

No dia de hoje, os jornais estampam uma atitude do governo brasileiro, que não pode ser aceita por nós, jornalistas, independentemente, de que País nós vivamos ou estejamos. Uma das maiores conquistas da sociedade mundial foi a liberdade de imprensa. Temos que nos unir diante desse artigo preconceituoso. Mas não podemos concordar com o governo brasileiro, quando cassa o visto do jornalista Larry Rohter, para que ele fique legalmente em solo brasileiro.

A liberdade de imprensa, que foi conquistada pelo nosso País a “duras penas”, serviu, por exemplo, para que o próprio Presidente Lula pudesse agir no meio sindical, de São Bernardo do Campo para todo o Brasil. Não fosse a liberdade de imprensa, talvez, o metalúrgico, o sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva não teria existido. Lula só pôde surgir a partir da liberdade de imprensa. O Brasil passou a ser respeitado pela própria comunidade internacional, que agora olha meio de viés para o líder brasileiro, a partir da conquista da liberdade de imprensa. A falta de liberdade de imprensa, em nosso País, faz que pensemos que o Brasil vai ser tratado de forma diferente,

a partir de agora, principalmente, pelas grandes potências mundiais.

Nos causa estranheza, portanto, a atitude do Governo do Partido dos Trabalhadores de tentar impor o cabresto à imprensa brasileira. Essa propensão ao autoritarismo foi verificada, quando houve o episódio Waldomiro Diniz. Os governistas que sempre foram favoráveis à CPI, na época estavam na oposição, barraram essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu gostaria na tarde de hoje de me solidarizar aqui com esse colega norte-americano, de quem eu nunca tive ouvido falar. Mas em nome da liberdade de imprensa, em nome do regime democrático que estamos vivendo, não podemos tutelar os órgãos de comunicação, porque a imprensa cumpre o seu papel, traz à opinião pública o comportamento dos homens públicos. O Presidente não pode se esquecer, que ele é um paradigma para toda a sociedade. Deveriam, sim, tomar mais cautela em um momento que aparece diante das câmaras, dos fotógrafos, dos cinegrafistas, com um copo de cerveja.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Martins**)

Um minuto para a conclusão.

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria de solicitar o tempo da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Martins**)

Com todo o direito Deputado.

O SR. BARBOSA NETO

Só gostaria de frisar aqui, a nossa preocupação porque o Presidente Lula é um formador de opinião, é um paradigma para toda a sociedade e, no momento que ele aparece em solenidades investido do cargo de Presidente da República ou mesmo com seus churrascos de lazer, de fim de semana, não poderia jamais passar esse exemplo ruim para a sociedade brasileira, principalmente, para os mais jovens, com um copo de cerveja, com um copo de uísque ou outro tipo de bebida alcoólica, nas mãos.

Acho até que o Presidente Lula poderia mostrar ao repórter Larry Rohter, todo o seu jeito brasileiro, que nós admiramos e respeitamos e convidar inclusive esse jornalista, para um churrasco no Palácio do Planalto e aí até lhe servir uma caipirinha dentro de um espírito democrático, fraterno, como ele sempre faz.

Agora, o que realmente nós podemos esquecer é que lá mesmo nos Estados Unidos, tivemos casos célebres, por exemplo, que culminaram com a deposição de um Presidente, justamente, pela perspicácia e independência de jornalistas no caso de Watergate, por exemplo, recentemente, o Presidente Bill Clinton, na época, foi acusado de atos libidinosos com uma das suas assessoras do Palácio Oval, e ele acabou sendo, inclusive, criticado pelos jornais, até citou-se a possibilidade de um impeachment, mas ele defendeu a liberdade de imprensa, e nem por isso, fez qualquer tipo de censura a esse jor-

nalista ou ao veículo de comunicação, ao qual ele representa.

Gostaria de ceder um aparte, inicialmente, ao Deputado Jocelito Canto, na sequência ao Deputado Stica e depois ao Deputado Ademar Traiano.

#### **O Sr. Jocelito Canto**

Queria mais uma vez cumprimentar V. Exa., que tem sido verdadeiro representante da liberdade de imprensa, de liberdade dos jornalistas, até mesmo porque V. Exa. é jornalista por formação. Eu, também, concordo plenamente com suas palavras em relação ao Presidente Lula, acho que todo mundo tem o direito de beber um pouquinho de vez em quando, mas V. Exa. colocou na forma exata que deve ser feita.

Surpreendeu-me o fato de um Presidente que tanto defende a liberdade e a democracia, que já tantas vezes acusou a imprensa de não deixá-lo falar, tomar uma posição radical como essa de suspender o visto de um jornalista, que colocou o fato. Se o jornalista colocou algo que não é verdadeiro, o que deveria fazer o Palácio do Planalto e o próprio Presidente, no seu sentimento pessoal, é abrir um processo a nível internacional por danos morais contra o mesmo e até apresentar uma nota de repúdio. Mas, não tirar o direito desse jornalista de continuar opinando.

Acho que se isso vale para todo mundo, então, qual a pena que nós daríamos ao Presidente Lula? Se o jornalista mentiu ao dizer que o Presidente bebe, qual a pena que vamos dar ao Presidente Lula que nas eleições disse ao povo que daria emprego, que melhoraria a vida do povo brasileiro, que o salário mínimo deveria dobrar, deveriam acontecer muitas mudanças e nunca ocorreram. Que pena vamos dar para o Presidente Lula ou será que ele não mentiu na campanha?

Muito obrigado.

#### **O SR. BARBOSA NETO**

Gostaria de solicitar um aparte ao Deputado Natálio Stica, só também frisando que também condenamos o fato de o Presidente ter utilizado um expediente que vem dos porões da nossa ditadura, uma lei feita durante o obscurantismo brasileiro de 1980, suspendendo os direitos de permanência, o visto desse jornalista que está presente em nosso país.

O Deputado Natálio Stica com a palavra.

#### **O Sr. Natálio Stica**

Primeiro quero pedir a V. Exa. não fazer uma comparação com os atos imorais praticados pelo Presidente dos Estados Unidos com a personagem Mônica Levinski, com comparação do que foi acusado levemente, mentirosa acusação em cima do Presidente do Brasil. Aliás, este jornalista, um irresponsável, que põe uma foto do Lula erguendo um copo de chopp na abertura da Ocktoberfest e não vamos querer que o Lula vá na abertura da maior festa do Brasil que é a Ocktoberfest e erga um copo

d'água. E a outra foto publicada onde fala em bebida é exatamente um copo d'água numa das reuniões que o Presidente estava fazendo. Portanto, leviana e mentirosa é uma acusação que visa tão somente escrachar o Governo Brasileiro e o nosso país.

Governo este, diga-se de passagem, eleito agora entre as cem personalidades do mundo, lado bom das cem personalidades. Presidente que adquiriu a moral do Brasil para o exterior, que está como um verdadeiro estadista em todo o resto do mundo. E agora, vem este norte-americano, como é praxe daquele país, tentando sempre deixar os países de terceiro mundo como se fossem países que não têm condições de disputar, inclusive o mercado mundial.

É um desrespeito, não ao Lula, mas ao Presidente e ao povo do Brasil. Merecido! Respaldo na íntegra a ação tomada, porque daqui para a frente tem um Governo neste país. E neste país, nesta nação soberana os norte-americanos jamais vão ditar regras, como fazem no resto do mundo.

Tem um homem forte, com punho firme, que vai governar este país defendendo a soberania do povo brasileiro.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Os americanos estão só ditando ordens ao FMI, nada mais.

#### **O SR. BARBOSA NETO**

Agradeço o aparte do Líder do Governo, só corrigindo que nós concordamos que foi, na verdade, uma reportagem mentirosa. Não acreditamos que o Presidente Lula seja dependente de álcool. Tive oportunidade de defendê-lo até no meu programa de televisão em rede nacional, como toda a imprensa brasileira. Agora, não podemos e não fiz nenhum tipo de comparação em relação ao Presidente Bill Clinton quando acusado dos atos libidinosos, mas sim, da grandeza do ex-Presidente americano, quando não questionou e não teve qualquer tipo de censura aos jornalistas que estavam fazendo aquelas acusações contra ele.

Obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Só queria dizer ao Deputado Natálio Stica que os americanos não mandam no Brasil, mas continuamos devendo para o FMI e o FMI continua mandando em nós, aqui.

#### **O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Concedo a palavra ao deputado Natálio Stica.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dizer ao Deputado Jocelito que a dívida monstruosa que temos com o Fundo Monetário Internacional é uma dívida feita de muitos anos, aliás uma dívida

que vem de quase quinhentos anos deste país e que é bem verdade, foi parte do sucesso do nosso crescimento, mas é cancro que infelizmente segura o nosso país numa situação de pobreza. Mas não foi feita pelo Governo Lula. Graças a este Governo que chegou o dinheiro para as UTI's de Ponta Grossa e V. Exa. veio aqui agradecer.

#### **(Vozes paralelas)**

Vim com dois assuntos, porque não posso deixar meia resposta aos ataques ao Presidente Lula e a defesa ao jornalista irresponsável, que faz uma grosseria ao Chefe Maior da nação brasileira, ao Chefe Maior de uma nação que pede e impõe respeito ao resto do mundo. Este País deixou de ser um País de faz de conta, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva tem dado as melhores demonstrações de seriedade, de competência e de um estadista que o é, reconhecido mundialmente. Não é possível que venha um irresponsável que já causou problemas no vizinho País da Argentina no passado, e de lá foi banido; não é possível que um jornalista irresponsável como este abra a sua matéria jornalística e venha fazer acusações ao Presidente da Nação brasileira, como se isto fosse a verdade. E não vou aqui aceitar comparações do democrático Presidente dos Estados Unidos, que foi citado no seu ato libidinoso com a sua secretária e ele deixou por isso mesmo.

Deputado Barbosa, se a imprensa flagrasse no seu gabinete a sua secretária fumando o seu charuto, o senhor certamente não teria como questionar a imprensa. Por isso, é que o Presidente dos Estados Unidos não fez nenhum questionamento, é por isso que o Presidente dos Estados Unidos passou por democrático.

Agora, o Presidente do Brasil não tem porquê ficar aceitando acusações de um irresponsável como este jornalista, de aceitar calado injustiças e inverdades...

#### **O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)**

Gostaria de retirar das notas taquigráficas - solicitar desta Presidência - essa expressão chula usada pelo Líder do Governo, que eu me recuso a reprisar o que ele disse aqui com desrespeito, ou repetir o que ele diz às minhas assessoras e a este Deputado Estadual, porque isso é falta de decoro parlamentar o senhor vir falar de charuto, de fumar. Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, isso não pode continuar dessa forma, utilizando a tribuna desta Casa.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Não estou fazendo nenhuma acusação, muito pelo contrário, tenho maior respeito pelo Senhor e pela sua Assessoria. Eu disse que o exemplo que o Senhor deu não cabe de comparar chamando um Presidente que foi pego.....

#### **(Conversas Paralelas)**

Se acontecesse com o Senhor, não o teria como questionar a imprensa se lhe pegassem como foi pego Bill Clinton, não que ele seja um democrata, mas porque ele sim tem culpa no cartório, não é o caso do Presidente

do Brasil que é acusado com uma injustiça, com uma irresponsabilidade que esse jornalista que tem que ser expulso do Brasil sim, este jornalista que quer denegrir a imagem do nosso País, um jornalista que está a serviço sei lá de quem, do País norte-americano, que é acostumado a pisar nos Países emergentes, ou nos Países de terceiro mundo. Repito, a Nação brasileira tem um líder que coordena esta Nação, a Nação brasileira não aceita e não aceitará, assim como aquele piloto norte-americano, ou inglês, não me recordo agora, que fez aquele gesto com o dedo, e daqui foi expulso. É assim que tem que ser tratado esses irresponsáveis que não valorizam, que não respeitam o povo e a Nação brasileira. E é por isso, Sr. Presidente, que eu não posso me calar e virei aqui quantas vezes for necessário dizer que o Presidente Lula está correto quando corta o visto desse irresponsável que não tem que pôr seus pés sujos em terras brasileiras.

#### **O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

No Pequeno Expediente com a palavra Deputado Elton Welter.

#### **O SR. ELTON WELTER**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

As notícias da Confederação Nacional das Indústrias realizou uma pesquisa onde aponta a recuperação industrial do País. Isso acontece no Paraná e em outros Estados.

Os indicadores industriais relativos a março mostram uma recuperação da atividade industrial com desempenho positivo de todas as variáveis pesquisadas no primeiro trimestre de 2004 em relação ao mesmo período de 2003. Os dados apontam que as vendas reais em março cresceram 3,45% em relação a fevereiro. O maior aumento de toda a série histórica da Confederação Nacional da Indústria iniciada em 1992.

É um dado fantástico de uma economia que aponta um crescimento estável e gradativo. É um sinal visível da potência que o Brasil pode vir a ser, dada a seriedade do Governo do Presidente Lula junto com os partidos aliados.

Um presidente que tem reconhecimento internacional, que assume uma postura firme. Um país que é uma potência mundial, tem tudo para crescer, tem tudo para botar este país nos trilhos e sendo aquilo que todos sonham. Expandir cada vez mais a área produtiva deste país. Porque não fazermos um grande pacto social, como o Presidente Lula sempre falou. Esse ato do Governo muito firme, após a denúncia preconceituosa do jornalista. Foi muito firme evitar que esse jornalista permaneça no país. O que eles iriam fazer se um jornalista brasileiro chamasse o George Bush de bêbado?

Vamos apostar nos dados positivos, eles dão demonstração que o país está no rumo certo. Não se iludam, o Brasil é um competidor com os americanos, principalmente na área do agronegócio. Temos grandes potências a serem exploradas. Inclusive as negociações

na OMC não avançaram, mas conseguimos colocar uma cunha para que nosso poder de competitividade seja aumentado. Assim haverá gradativamente um crescimento de país gerando mais empregos.

Gostaria de registrar que, no dia de hoje estivemos em Ponta Grossa, onde ocorre a Jornada de Agroecologia. Ela envolve mais de 20 entidades. Ela debate a questão da transgenia, do não uso de agrotóxico nas lavouras. Essas entidades congregam os agricultores, familiares, os assentados do Paraná. É um evento importantíssimo que merece todo o nosso apoio.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

No Grande Expediente, por 30 minutos o nosso convidado Dr. Gilberto Griebeler.

**O SR. GILBERTO GRIEBELER**

Senhores Deputados, boa tarde!

Quero agradecer o convite que me foi formulado para fazer alguns esclarecimentos no que diz respeito ao complexo Santa Clara em Fundão que pertence à empresa Elejor.

Antes de fazer um breve equacionamento dos nossos entendimentos do que é o empreendimento, rapidamente, quero só colocar que sou um empregado da empresa desde 1966, ou seja, tenho mais de trinta e oito anos de casa, trabalhando diretamente com a Companhia Paranaense de Energia.

Quero, também, fazer um comentário específico do que significa a geração de energia do Estado do Paraná que todos nós temos orgulho do que significa essa geração. Isso não é fruto de um Governo somente, mas, da visão estratégica que os governantes deste Estado tiveram ao longo do tempo, fazendo com que a Copel investisse naquilo que a diferencia em relação às outras empresas de energia, ou seja, com capacidade de geração própria. É sobre isso que vou comentar, rapidamente, para falar o que significa esse complexo Elejor.

#### **(Procede à apresentação de slides)**

Aqui tem uma visão estratégica dos aspectos físicos de Fundão e Santa Clara, aonde estão esses dois empreendimentos localizados no Município de Pinhão, no Município de Candoy e Foz do Jordão. São os três Municípios que abrangem esses empreendimentos.

#### **(Expõe e explica as fotos tiradas no local)**

Um breve histórico.

Em 1960, o Consórcio Brasileiro da Canabira realizou estudos aqui, na região sul, e os estudos indicam a divisão da queda do Jordão em cinco usinas. Na década de 90, a COPEL, após conclusão do desvio o Jordão, revisou esse vendário e, nessa revisão, com base em critérios ambientais, a COPEL chegou a uma divisão da

queda apenas em dois aproveitamentos denominados Santa Clara e Fundão.

Em maio de 2001, a ANEEL aprovou os estudos de viabilidade dos empreendimentos que haviam sido entregues em 2000 e, em junho de 2001, a ANEEL leiloou a concessão dos dois aproveitamentos do Rio Jordão em um único lote.

Em 09 de julho de 2001, foi constituída a empresa de propósito específica SPE denominada Centrais Elétricas do Rio Jordão. Em agosto de 2002, a Elejor contratou o Consórcio Construtor Complexo Jordão, composto pelas empresas Intertec, INPSA e Construtora Triunfo.

Em dezembro de 2001, as usinas de Fundão e Santa Clara obtiveram as licenças prévias do IAP e, em 2002, obtiveram as licenças de instalação. A cargo de quem está a construção dessa usina: Construtora Triunfo, INPSA e a Intertec.

#### **(Expõe e explica fotos da obra)**

Aqui são fotografias da obra que geraram empregos na ordem de quatrocentos empregos diretos e quinhentos indiretos.

#### **(Continua apresentação de slides) (Expõe fotos)**

Aqui, são informações técnicas que não vem ao caso, mas as duas usinas somam junto 240 mega, que é o total do complexo.

Nós vimos Santa Clara e vimos agora uma parte da Fundão, que é a segunda etapa.

Muito bem! Gostaria só de colocar esse estágio das obras e fazer alguns comentários sobre isso: um empreendimento de energia tem início e fim, obviamente.

Quando, a qualquer momento, se interromper esse investimento, significa que aquilo que foi projetado inicialmente por aqueles que fizeram o planejamento econômico dessa obra, no final haverá prejuízos que deverão ser contabilizados, para um lado ou para o outro.

De que forma são feitos os prejuízos? Atraso de obra, equipamento que não foi entregue, mal gestão, quem sabe. Tudo isso acarreta, ao final da obra, numa diminuição na taxa de retorno desse investimento. A TIR é uma das exigências para que um empreendimento seja viável e ao final desse empreendimento, se verificado alguns atrasos, obviamente que não vamos ter aquilo que foi planejado no início.

Vou falar sobre a compra das ações da Triunfo pela COPEL na ELEJOR. E são assuntos, estanques, um representa a compra das ações e outro é o contrato de multa que vem na seqüência.

Vamos ver a compra das ações em primeiro lugar.

Aqui está o complexo da ELEJOR, janeiro de 2004, o total previsto de investimento nesse empreendimento.

Capital próprio, ou seja, aquilo que foi integralizado pelas três sócias da época: COPEL, Triunfo Investimentos e Paineiras. A geração de caixa do projeto, porque enquanto se complementa Fundão, Santa Clara já está pronta e vai gerar uma receita a esse projeto; a ELETROBRÁS, que participa com ações preferenciais, e também capital de terceiros, que seria o financiamento a ser conseguido da ordem de 290 milhões. O total previsto dessa obra seria 476 milhões, isso lá no início do projeto desse empreendimento.

Sobre a composição societária antes da negociação: temos as ordinárias, as ações com direito a voto, e as preferenciais, que são compradas pela ELETROBRÁS. O total de ações que existem antes da negociação, com a subscrição das ações, era: 20% da COPEL, 15% da Paineira, 15% da Triunfo e 49,8% da ELETROBRÁS. Isso perfazendo assim um valor aportado e histórico da ordem de: COPEL 28 milhões, Paineira 21, Triunfo 21, ELETROBRÁS 33, perfazendo até então, 103 milhões, antes da negociação.

É bom que se ressalte aqui o aspecto da negociação. A COPEL não fez, definitivamente, uma negociação. O que a COPEL assinou foi um compromisso de compra e venda e esse compromisso foi baseado em uma estratégia para apresentar à ANEEL e ao CADE - Conselho de Desenvolvimento Econômico - exatamente as premissas que alterariam ou não aquilo que foi aprovado pela ANEEL. Então, naquele momento a COPEL fez a assinatura de um compromisso de compra e venda, que irei destacar logo na sequência.

O objeto da negociação, antes a composição, era a seguinte: COPEL 40% das ações ordinárias com direito a voto, Triunfo 30% e Paineira 30%. A COPEL está em negociação para a compra das ações ordinárias da Triunfo, que são 18 milhões de ações, e depois dessa negociação ficará desta forma a composição acionária da ELEJOR: COPEL 70% e Paineira 30%.

Vamos falar sobre o histórico da negociação para sabermos como é que isso foi montado e de que forma se chegou a essa conclusão. É evidente que dentro da empresa existem informações advindas do acionista majoritário, que determina alguns rumos que devem ser tomados pela COPEL. E um dos rumos definidos é que a COPEL não ficaria mais em empreendimentos de forma minoritária, que se fizesse esforço no sentido de ser majoritária no empreendimento. Outra colocação é que se investisse no Estado do Paraná e se deixasse para investir fora do Estado em outro momento e não neste momento que vivemos agora.

Na medida em que se faz uma negociação, existem duas partes: o vendedor e o comprador. Todos nós da área de compras desse complexo, tínhamos agido no modelo de avaliação de investimento de ativos feito pela COPEL desde 1998, em desenvolvimento até então, ou seja, esse desenvolvimento é uma tecnologia da própria Companhia, onde permite fazer avaliação de qualquer ativo no que diz respeito à área elétrica. É por essa razão que em

momento algum se preocupou em fazer qualquer avaliação com uma empresa privada, porque a tecnologia que a COPEL dispõe hoje é balizamento para todo o setor, e significa dizer que temos pleno domínio daquilo que estamos avaliando. E esse estudo, o MAIA, que inclusive é um trabalho feito com a tecnologia da própria Empresa, desde 1998 vem sendo desenvolvido e cada vez mais atualizado.

Em um primeiro momento, tivemos duas situações: a Triunfo apresentou um modelo e a COPEL apresentou outro. Ambos tinham razão e, evidentemente, queriam defender o seu modelo. E a partir da nossa colocação a COPEL pôde, inicialmente, fazer uma proposta, pôde fazer uma avaliação que 35 milhões era o start de uma negociação junto com a Triunfo. Diga-se, a bem da verdade, que nesse mesmo momento a Triunfo entrega à COPEL um estudo baseado no modelo deles de cinquenta milhões. Havia uma diferença aqui de quinze milhões, que era aquilo que o vendedor solicitava e aquilo que estávamos dispostos a pagar, não o que tinha sido avaliado, estamos em uma área de negociação.

Aqui entra o MAIA e que permitiu que chegássemos a 37,5 milhões em uma avaliação. E eles, depois de serem cotejados com as premissas de um e de outro modelo, chegou-se à conclusão que eles entendiam de uma maneira e nós de outra, sentaram-se a uma mesma mesa, os dois, e mostraram qual era o equívoco de um lado e qual era o equívoco de outro lado. Baixaram eles a 42, que ainda é o modelo Triunfo que está ali, e aqui o modelo MAIA, chegou-se ao número de 37,4 e mais alguns periféricos para completar essa negociação. É evidente que tudo isso partiu da COPEL no dia 08 de dezembro, na reunião da Diretoria, foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião seguinte que aprovou não só a operação, como também aprovou o empréstimo mútuo para a ELEJOR, que depois vamos falar.

Voltando aqui aos 37,4 milhões e mais os periféricos, o bloco de energia e os guindastes. Vou voltar a falar de que forma entram o guindaste e o bloco de energia nessa composição. Aqui está, para avaliação total de um investimento que dura 35 anos. Quando se faz uma avaliação presente compra-se alguma coisa que vai gerar energia, vai gerar receitas ao longo de 35 anos. E é isso que se faz para avaliar um investimento desse porte.

Aqui está o valor presente, líquido, daquilo que os acionistas têm no que diz respeito, aqui, à parte que está sendo comercializada, trazendo o preço presente, aquilo que era expectativa de receita ao longo desse empreendimento.

Aqui está o valor aportado, corrigido com 104% do CDI e aqui está um valor residual do ativo permanente. A soma disso aqui é que nos deu a condição de fazer a avaliação. A avaliação da COPEL foi em cima desse número 40,8. Só para dar um exemplo: o modelo do UNIBANCO, que é o Adivison da ELEJOR, tinha feito a mesma avaliação e tinha concluído que a avaliação disso que nós chegamos a 40,8, seria pelo modelo do



UNIBANCO, 50,0. Vale dizer que o orçamento, o modelo de avaliação da COPEL avaliou em dez milhões a menos do que o modelo do UNIBANCO, que é Adivison da própria ELEJOR.

Nessa composição, o valor presente líquido, mais o valor aportado e mais o valor residual é que, através do MAIA, que é esse modelo de avaliação de investimento de ativo, a COPEL pôde chegar ao número de 40,8 como confortável para fazer a sua negociação.

Desta forma a COPEL tinha a oportunidade de fazer uma oferta que fosse, na sequência, transformada em negócio finalizado. A oferta foi feita nesse sentido, nos 37 milhões, mais aqueles resíduos, com duas avaliações de guindastes e a parte de energia que são variáveis. Por quê? Porque não tínhamos disponíveis os três guindastes que estariam entrando no negócio, um deles estava em Angola, emprestado, alugado para Odebrecht e que chegou ao Porto de Itajaí há questão de dez dias e está sendo transportado para Paranaguá. E, lá em Paranaguá será deslocado para a usina para montar e para propiciar a avaliação; se a avaliação for maior do que os trezentos mil colocados ali, diminui-se da massa de energia o montante que será pago pelos guindastes.

Então, significa dizer que o preço fechado é aquele que foi estabelecido no MAIA. O sinal, na realidade, não existe. Para entendimento daquilo que foi feito nesse compromisso, temos a seguinte situação: o valor pago foi de 7,2 e mais uma dívida de 185 mil, que era exatamente de aluguel dos guindastes que estavam à disposição do complexo.

Então este é o sinal. Em momento algum a COPEL perde se por acaso não tiver eficácia este negócio. Por quê? Porque no sinal foi feita uma garantia com ações caucionadas, para dar cobertura a um possível insucesso nessa negociação. E mesmo assim, além de termos propriedade das ações, de acordo com o compromisso acionado, a devolução se dará em doze parcelas, com valor corrigido.

Quer dizer, em momento algum se pensa em qualquer perda de um sinal, de um compromisso.

A COPEL, em que pese, na época que foi feita a negociação, dia 18 de dezembro de 2003, em plena vigência da Lei 11.740/97, que dava autorização à COPEL fazer compra de ativos de forma minoritária ou majoritária, era uma lei existente naquele momento. Mesmo sabendo desta exigência da lei, a COPEL considerou, para eficácia deste negócio, três condicionantes básicas. Primeira delas: aprovação pela ANEEL; segunda delas: aprovação pelo CADE - Conselho de Desenvolvimento Econômico; e terceira delas: lá em dezembro, mesmo sabendo que a COPEL tinha essa possibilidade de fazer, autorização da Assembléia Legislativa.

Então, antes mesmo de ser emitida a Lei 14.286, de 2004, que é do dia 13 de fevereiro, no compromisso de compra e venda já estava estipulado que a eficácia dessa

negociação se daria com essas três ações: ANEEL, CADE e autorização da Assembléia.

De posse dessas informações a COPEL já protocolou. A única maneira de a COPEL perder o dinheiro seria não cumprir aquilo que estava no compromisso, ou seja, não protocolasse em tempo hábil na ANEEL e no CADE o processo de transferência dessas ações. Ali estão os números dos processos em que a COPEL já fez na ANEEL, no dia 4 de fevereiro, e no CADE no dia 9 de fevereiro.

Significa dizer que em momento algum a COPEL deixou de cumprir aquilo que foi apazado e aquilo que foi estipulado no compromisso de compra e venda.

O restante da negociação, para ter eficácia: transformar de compromisso em contrato de compra e venda. Temos um compromisso inicial. Para se transformar em contrato aqui está a eficácia. De que forma? Aquilo que falei aos senhores agora: CADE, ANEEL e a Assembléia Legislativa. A outra parcela, ou seja, os trinta milhões daquela avaliação pelo CADE, só serão pagas no momento em que tivermos autorização dada por aquelas três situações já colocadas para este compromisso ter eficácia. A parcela dos guindastes já foi aplicada, na medida em que a avaliação existir vamos fazer a compensação com o bloco de energia - é evidente que colocamos o bloco de energia para a ELEJOR, a energia é um preço e para a COPEL, na negociação, é evidente que a COPEL tem outro preço na aquisição da energia. É evidente que isto foi uma vara (sic) de manobra para podermos ter melhor desempenho no negócio, na pretensão do negócio que estamos fazendo.

Só quero fazer aqui uma comparação: existem duas situações na empresa, a ELEJOR de um lado e a ENERCAM de outro. ENERCAM era uma participação que a COPEL tinha adquirido em 16% no outro governo, na Região de Campos Novos, no Estado de Santa Catarina. E aquela avaliação lá, o empreendimento era que tinha uma TIR de 12,47% ao ano. Aquele que era o empreendimento ENERCAM, feita pelo modelo daqueles que modelaram aquela usina. No modo ELEJOR a TIR é de 15.11.

Então, o bloco de recursos que a COPEL tinha lá na ENERCAM foi projetado para ser transferido para a ELEJOR - primeiro, porque a TIR da ELEJOR é uma TIR mais confortável - segundo, na ENERCAM a COPEL não compra energia da ENERCAM. Na ELEJOR compra energia através do PPA. A COPEL não vende, em momento nenhum, serviço da empresa para a ENERCAM. Na ELEJOR a COPEL vende serviço de engenharia, engenharia do proprietário, operação e manutenção. Enfim, tem a possibilidade de fazer novas receitas com empreendimento dentro do Estado do Paraná. Empreendimento em Santa Catarina, empreendimento no Paraná. Então, parte dos recursos que foram adquiridos na comercialização da nossa participação lá na ENERCAM, foram transferidos para o complexo ELEJOR. Se fôssemos ver uma precificação entre ELEJOR

e ENERCAN, só para ver uma diferença, o valor negociado pela ENERCAN está, aqui, naquele momento lá o valor aportado deu 88,3 milhões, que foi o valor negociado lá na ENERCAN. A mesma coisa, aqui na ELEJOR levando-se em conta que não temos custo de garantia, levando-se em conta que a COPEL tem condições de captar um investimento para cobrir aquela falta de recursos para complementação da obra, ela não pagará a garantia nos mesmos moldes que a garantia era exigida no complexo ENERCAN. Tem lá o valor total do fluxo de caixa da ordem de 40,8. Se fôssemos comparar lá com a ENERCAN o valor negociado da COPEL foi 40,3.

Significa dizer que todas as avaliações que a COPEL participou até hoje, todas as avaliações de leilões de aproveitamentos que foram feitas, sempre aquilo que a COPEL fez balizava até onde ela podia investir. Exemplo: se entrássemos em um investimento e o modelo de avaliação errasse ou desse alguma taxa diferente, significaria que a COPEL entraria com um preço vil para a própria empresa. E temos um limite que nos baliza para entrar em qualquer tipo de empreendimentos. E isso mostra a certeza e a qualidade do instrumento de avaliação que a COPEL tem. Em momento algum a COPEL é pega de surpresa, em uma obra, porque o projeto é uma coisa e a realidade é outra. O modelo de avaliação do investimento dos ativos tem que significar exatamente aquilo que reflete as condições do empreendimento, a vazão, as condições geográficas, enfim tudo aquilo que dá condições para verificarmos é melhor ou pior na análise daqueles que vão fazer uma oferta em leilão público.

Gostaria de dizer que, no que diz respeito à venda das ações termina exatamente por aqui. Quando se vende as ações, a COPEL passa a ser proprietária da ELEJOR em 70% e a Paineiras fica com 30%. Nesse momento regulado pelo próprio contrato de mútuo e por aquilo que foi do próprio compromisso assinado com a Triunfo, significa dizer que uma obra não pode ter solução de continuidade. Significa dizer que no processo de transferência alguém tem que continuar. No momento em que assume-se um compromisso temos que afastar aqueles que participaram do empreendimento e ter gestão da própria empresa. E a empresa tem que continuar financiando aquele ritmo de obras que os senhores verão ali. Não se pode correr o risco de parar. Por esta razão a COPEL fez um mútuo para a ELEJOR. Por que isso? Primeiro, para se manter a mesma equivalência entre os sócios, 70% COPEL; 30% Paineira. Segundo, a COPEL não conseguiu ainda um financiamento que dê cobertura ao restante dos investimentos necessários. Nesse momento e também aprovado no mesmo compromisso, se faz um mútuo para tentar dar condições de efetividade na própria negociação e na sequência da obra e este mútuo é uma transferência de recurso da COPEL para a ELEJOR, com o pagamento dentro dos critérios da área financeira da empresa.

Para qualquer informação, trouxe junto o meu Superintendente Financeiro, tomando alguns cuidados, que todo custo de financiamento é maior do que o de captação que a COPEL tem. Significa dizer que, ainda em cima desse financiamento, existe um valor residual a mais para a empresa que se precaveu, exatamente, em não dar o mútuo a valores menores do que capta no mercado.

Valores previstos no compromisso de compra e venda. Aprovação da reunião do CADE. Valor de 91 milhões até abril de 2004, prorrogável por mais trinta dias. O custo do empréstimo é CDI mais 3.1, ao ano, previsto condução resolutive, em caso de não eficácia, ou seja, se porventura a COPEL não receber da ELEJOR, há uma condição em que ficamos de propriedade das ações, dito no próprio mútuo. Há uma perfeita sintonia naquilo que a expectativa entre pagar o mútuo e se, porventura acontecer, é evidente que a parte da Paineira seria cumprida com essa condução resolutive. A COPELPAR tem garantia da ELEJOR, direitos emergentes da concessão sem o custo. Significa dizer que quando foi feito esse mútuo, previsto pelo próprio CADE, dá condições de uma remuneração maior do que a própria captação.

Aspectos financeiros do mútuo. Está aqui, custo do empréstimo/mútuo, CDI, mais 3.1. Custo oportunidade/média da captação da COPEL é de 1.8 e, aqui, está 3.1. Há um "spread" da COPEL, que é o valor presente, obviamente, que resultaria em um valor a mais de oito milhões e pouco.

Aqui está a complementação da ELEJOR na sua composição acionária, 70 por 30.

Perdas financeiras pelo atraso da obra. Atraso de um mês nessa obra, existe uma perda no valor presente de três milhões. Existe uma perda da DIR de 0.26. Existe uma perda da Receita lá na frente, de 10 milhões, se atrasar um mês. Se atrasar dois meses, 7.4, 0.49 na DIR, 21 milhões na Receita. Se atrasar seis meses, 10 milhões o valor presente, 0.74 na DIR e 32 milhões na Receita. É essa a responsabilidade da empresa em não deixar um empreendimento desse porte, parado. Por isso que se fez o compromisso de compra e venda, baseado na legislação, que naquele momento deu assinatura desse contrato. Era coberto pela Lei 11.740, de 1997. Mesmo assim, a COPEL se precaveu e colocou como condição de eficácia desse compromisso, a aprovação de CADE, da ANEEL e da Assembléia Legislativa.

Acho que esses esclarecimentos se faziam necessários, para saber qual era a atitude da COPEL, ao fazer a tentativa de comercializar as ações, para se tornar majoritária no empreendimento.

Por fim, como informações complementares, temos aqui o VN, que hoje temos 11.76/megawatt/hora, que é o PPA, que sustenta esse empreendimento, é reajustado em 100% do IGPM - determinação da própria ANEEL. A ELEJOR tinha um Diretor-Presidente até 02 de fevereiro, que era indicado pela Triunfo Participações. No dia 02, o Conselho deliberou pela exoneração,

respondendo interinamente o Sérgio Kramer, que era Presidente do CADE. No dia 08/03, passou para o Sérgio Lamy, engenheiro da COPEL, que hoje é o Presidente desse complexo. As precauções tomadas, todas elas dentro de um contexto de empresa, foi no sentido de dar condições ao atendimento àquilo que foi solicitado pelo acionista majoritário.

Era essa a explicação que acho que, rapidamente, pude passar.

Estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Agradecemos a exposição inicial pelo Dr. Griebler.

Passaremos à fase das questões que serão propostas. Conforme, nós usaremos o artigo 99. (**Lê o artigo nº 99**). Como há vários autores do requerimento, nós vamos usar cinco minutos. Acho perfeitamente plausível, e o orador terá o mesmo período de cinco minutos para apresentar as respostas.

Já há alguns Deputados inscritos.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Particularmente os Deputados de Oposição não querem fazer perguntas em bloco.

Queremos fazer perguntas curtas. Respostas. Pergunta curta, resposta, para que fique bem caracterizado, não só a pergunta e a resposta, para que facilite inclusive as respostas por parte do Dr. Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Parece-me que está havendo um entendimento diferenciado em relação ao que o Deputado Durval Amaral está propondo a aquilo que a Mesa entende.

Parece-me que gostaria que o mesmo Deputado fizesse várias questões curtas e respostas, dentro dos cinco minutos...

Dentro do período de dez minutos vamos nos disciplinar para que tal aconteça, para que não estabeleçamos aqui uma polêmica, em relação a esse método.

Deputado Durval Amaral, primeiro inscrito.

(**Declina**)

Deputado Fernando Ribas Carli, segundo inscrito.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Dr. Gilberto Serpa, em primeiro lugar, queremos agradecer à sua disposição de atender o nosso convite para que possamos ter esclarecimentos sobre essa obra.

Essa história da obra me fala muito perto, porque está sendo realizada no Rio Jordão, tem a sua nascente praticamente dentro da Cidade onde nasci, onde moro, que é Guarapuava. É um rio que tem um nome bíblico e é um rio abençoado, porque é um rio de um potencial fantástico: além de prover às comunidades com água potável, é capaz ainda de gerar energia. O último dos aproveitamentos - que cresceu em 10% a capacidade de Salto Segredo - com o túnel de desvio lá no Rio Jordão, na sua foz.

Agora, com a construção de mais duas usinas, Santa Clara e Fundão, vai ter mais um acréscimo de 200 e poucos megawatts.

Nós temos algumas perguntas para fazer-lhe, Dr. Gilberto.

Primeira: Quem foi que autorizou as compras das ações da Triunfo, na ELEJOR, pela COPEL?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Não existe uma compra.

Existe um compromisso de compra e venda. A autorização foi dada pela diretoria manifestando aí o desejo do acionista majoritário.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Segundo: o Governador foi informado ou participou de alguma reunião ou autorizou a compra dessas ações da Triunfo?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O Governador tem conhecimento de todo o modelo de avaliação, tomou o cuidado de fazer informações a seu respeito e autorizou o início das negociações.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Terceira: Sendo a COPEL uma empresa pública e uma empresa que mantém as ações em Bolsa de Valores, inclusive em bolsas internacionais, nós não conhecemos e gostaríamos de saber do senhor se a COPEL publicou nos órgãos de imprensa como um fato relevante, estar comprando a participação de mais 30% no Complexo ELEJOR, a COPEL já tinha 40%. Com acréscimo de mais 11%, ela ficaria com 51%. Não precisaria comprar mais 30%. E mais ainda, por que a preferência da COPEL em comprar 30% da Triunfo e não do outro sócio privado, que seria a Paineiras Participações?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Porque na realidade o fato de ser relevante só se dá quando concluída a operação. Nós estamos ainda em fase de compra e venda. Tão logo tenhamos a eficácia nessa transformação, não tenha dúvida, a COPEL fará a comunicação.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Mas a COPEL fez um adiantamento de sete milhões. Isso já é um fato relevante.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

É um adiantamento perfeitamente explicável, porque, para nós encaminharmos um processo ao CADE, nós não podemos fazer sem ter um compromisso de compra e venda. Isso é obrigatoriedade para levarmos a informação. Poderia ser um milhão, poderia ser questionado. Informa-me o Kramer que na realidade afora isso foi feita a publicação do fato relevante deste sinal de adiantamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

A segunda pergunta é por que a COPEL, ao invés de comprar...

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Já entendi! Nós não escolhemos, nenhuma, nem outra. Quem escolheu as duas não foi a atual Diretoria da empresa. Quando lá chegamos, as duas já estavam lá.

**(Vozes paralelas)**

Nós não temos preferência por A nem B. As duas que estavam lá já eram nossos sócios. Na realidade, existem algumas dificuldades, no que diz respeito a ter uma empresa acionista e esta mesma empresa ser líder do Consórcio Consultor. Então a nossa preocupação passava exatamente por aí. A empresa líder do Consórcio Consultor é a Construtora Triunfo que é uma empresa da Triunfo Investimentos.

Então por esta razão, sendo acionista a Holding, da Triunfo, não é na nossa visão cômoda a situação de ter um acionista fazendo a engenharia, fazendo a construção da Usina.

Foi esta uma das razões que se definiu pela aquisição da Triunfo. E o negócio só é bom para ambos os lados. Não é só bom para a COPEL. Gostaria muito que se perguntasse à Triunfo se eles ficaram magoados ou satisfeitos com o negócio.

Seria interessante.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Veja só, a COPEL adquiriu mais 30%! A pergunta foi se a COPEL comprasse apenas 11%, ela já ficaria com o controle acionário?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Eu fiz, no começo da minha exposição, uma apologia de que vários Governos, ao longo da existência sempre fizeram geração de energia, e por isso a COPEL é hoje a terceira empresa em credibilidade no mundo. Não é por acaso que vários Governos tiveram a visão ótica de investir em geração. É porque quanto mais geração nós tivermos, mais forte será a economia paranaense e mais forte será a nossa COPEL. E, se pudéssemos, até compraríamos 100%.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

A COPEL já tem autorização da ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

A COPEL já protocolou os pedidos e estão em processo de averiguação. Já informamos tanto a ANEEL quanto ao CADE o que eles precisavam para completar a autorização e estão em processo de finalização dessa solicitação.

Não chegou a nós ainda. Mas está dentro do período de eficácia.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

O senhor acaba de nos fazer uma afirmação de que nós já tínhamos conhecimento de que a Triunfo Participações ou tem uma participação na Construtora Triunfo, que é a líder do consórcio, que constrói. O senhor não considera um negócio da China entrar numa sociedade com 30%, investir 21 milhões durante um ano, sair do negócio, vender esta participação de 30% por 42 milhões, ou seja, um ágio de 100%, e ainda ficar com a garantia de construir uma obra de mais de 300 milhões de reais?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Eu acho que essa pergunta seria muito prudente se fosse feito no Governo passado, porque quem fez isso não fomos nós.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não, mas eu estou perguntando ao Senhor porque quem comprou a participação foi o atual Governo, veja só, o nosso questionamento não é de a COPEL investir em geração que achamos que é essencial, o nosso questionamento é a compra; nós não estamos tratando do consórcio. Agora, o que nos causa espécie é o fato de que uma empresa que tem 30% de participação num consórcio, investe 21 milhões; em um ano vende essa participação por 42 milhões e ainda fica com a garantia da construção de uma obra de mais de 300 milhões! eu acho que seria lógico que, no mínimo, se renegociasse a questão da construção. Por isso estamos trazendo-o para que o Senhor faça os esclarecimentos.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O Senhor faz uma afirmativa e depois se contradiz. O Senhor diz que não está questionando a construção; o Senhor está questionando a compra das ações!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Eu estou questionando a compra das ações com a conseqüente permanência de quem já ganhou 100% do que investiu construindo!

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Eu fiz questão, de no início, dizer de que forma eram avaliados os projetos de energia, e o Senhor está falando do aporte histórico único e exclusivamente. Eu gostaria que o Senhor tomasse conhecimento de todo modelo de avaliação para não fazer essa afirmativa, que parece uma verdade e não o é! Na realidade, quando se faz investimentos, eles são corrigidos ao longo do tempo, e quando se faz um investimento em energia de um empreendimento energético você projeta em 35 anos os seus custos, e quando você os vende, você chama valor presente. Isto serve para a Triunfo, para a COPEL no caso que eu mostrei na ENERCAN, a Votorantin, para qualquer empresa do Brasil, os critérios são rigorosamente os mesmos, alguns com modelos menos eficientes que a COPEL, mas nenhuma com modelo mais justo e

mais criterioso do que a própria COPEL. Então, a sua afirmativa um ano depois, não corresponde com a verdade; a verdade é que o investimento feito pela Triunfo Investimentos, ao longo do tempo, valorizou-se na medida em que a COPEL valorizou, e as Paineiras também, porque hoje se quiser vender, eu, COPEL, se quiser vender, ele vai ser atualizado da mesma maneira que foi feito qualquer negócio no setor elétrico. Então, não é um negócio de oportunidade; é um negócio balizado em todo o setor elétrico brasileiro, não existe diferença entre um pequeno negócio e um grande negócio no que diz respeito à geração de energia.

Segundo, nós não temos preocupação com a Construtora Triunfo capitaneando o consórcio de consultores, porque eu mostrei aqui que, mesmo após havendo as ações, a obra está rigorosamente em dia e a fiscalização da COPEL hoje acompanha diretamente essa empresa. Na verdade não temos a mínima preocupação com a tecnologia e com a engenharia da Construtora Triunfo.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Eu lhe respeito, é um economista de renome, mas quero dizer-lhe que aqui nós da Assembléia temos condições de levantar estudos. Nós entendemos perfeitamente o que o senhor faz, quando aplica a taxa interna de retorno. Agora, é um “negócio da China”, Dr. Gilberto, o senhor, como economista, sabe disso; o Senhor entra num negócio, investe um valor e aí, com a projeção de futuro, baseado numa tarifa que a ANEEL vai estabelecer, o senhor estabelece o seu lucro futuro, traz o valor para o valor presente, e vende o negócio, põe o dinheiro no bolso e vai embora. É esse o nosso questionamento.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Carli, o debate está apenas começando, temos mais dez Deputados inscritos, a grande maioria da Oposição, que foram os que convidaram.

Terá tempo de rearticular as perguntas que naturalmente os demais Deputados poderão fazer, e nós vamos seguir a regra porque teremos mais duas horas de debates em relação a esse tema.

Com a palavra, o Deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Antes da pergunta, só uma constatação. Todas as afirmativas que a Oposição fará nesta Sessão, baseiam-se em informações obtidas de maneira oficial, através de Pedido de Informação. Uma delas, por exemplo, que o valor investido pela Triunfo nesse negócio ELEJOR foi de 21 milhões e 50 mil reais. Corrigidos, segundo cálculo da própria COPEL, esses aportes, por CDI mais 4% estariam em 24 milhões, 708 mil. Esses aportes da Triunfo corrigidos por TIR mais GPM estariam em 22 milhões 846, razão pela qual o Deputado Fernando Carli diz que, em menos de um ano, investiu-se 22 milhões e se fez o negócio em dezembro, da ordem de 42 milhões e 800 mil reais. Isso é só constatação.

Dr. Gilberto, que merece todo o nosso respeito por estar presente nessa tribuna de forma espontânea, aceitando o nosso convite, qual a empresa contratada para fazer a avaliação do negócio? Ela é idônea? Tem capacidade reconhecida? E quem aprovou a avaliação na COPEL?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Essa empresa chama-se Companhia Paranaense de Energia. É a terceira empresa em credibilidade, no setor elétrico do mundo. E a primeira na região Sul! Significa dizer que a tradição de 50 anos, fazem a COPEL com condições extremamente suficientes para fazer um modelo de avaliação extremamente testado ao longo de oito anos.

#### O SR. DURVAL AMARAL

A COPEL contratou a Empresa KPMG para avaliar as empresas onde ela é parceira e tem interesse em vender a sua participação, entre elas a SERCONTEL SA., SERCONTEL Celular, Centrais Eólicas e Usina Dona Francisca.

Por que é que a COPEL quando quer vender, faz avaliação do seu patrimônio e quando quer comprar dispensa essa avaliação?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Só uma correção. A COPEL contratou a KPMG para avaliar ativos que não são referentes ao setor elétrico. Bem citou a SERCONTEL, Grupo Dominó e todas aquelas que não temos tecnologia e nem condições. Inclusive a Eólica, que não temos o controle total.

Por esta razão, contratamos uma empresa para avaliar. Se fosse de energia elétrica, temos como avaliar.

#### O SR. DURVAL AMARAL

O valor presente líquido leva em consideração a tarifa de energia contratada entre a COPEL e a ELEJOR?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Sim. É o PPA da empresa, que é o VN determinado pela ANEEL.

#### O SR. DURVAL AMARAL

O VPL foi severamente contestado na CPI da COPEL porque a rentabilidade projetada em várias parcerias, inclusive o senhor esteve várias vezes na CPI, e sempre afirmando que às vezes o retorno projetado não era o realizado, e mesmo assim, serviu de parâmetro?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Vou dar-lhe uma notícia, Deputado, do lucro que a COPEL teve nesse exercício, dos 171 milhões de lucro, 43 milhões vieram das participações. Significa dizer que as participações começam agora a ser controladas e dar lucro para a empresa. Há uma mudança de enfoque no

que era participação no momento anterior e no momento agora.

O SR. DURVAL AMARAL

O senhor respondeu afirmativamente a uma pergunta minha há pouco, que o valor presente líquido leva em consideração a tarifa de energia contratada entre a COPEL e a ELEJOR. O senhor reafirma isso?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Esse é o valor do PPA. Não é a área de distribuição que faz esse contrato. Na verdade, é um contrato que vai à ANEEL e ela aprova ou não. O que levou em conta os estudos do modelo, é exatamente aquilo que foi no projeto inicial levado em conta. O PPA com valor nominativo.

O SR. DURVAL AMARAL

Temos aqui uma situação insustentável. Porque tenho em mãos pedidos reiterados, inclusive pela ELEJOR, para que não fique uma acusação sob suspeita ou leviana, Processo nº 48.500.0012.56/03-37 em que, por diversas vezes, o Grupo ELEJOR reinterou, inclusive, junto à ANEEL para que fosse homologado o contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado em 25/10/2001 entre a COPEL Distribuição, a COPEL e a ELEJOR, novamente, foi reiterado isso e, ainda, agora, no dia 01 de março de 2004, a Agência Nacional de Energia Elétrica através de voto do relator não aceita o contrato de preço de energia.

Se o valor presente líquido leva em consideração o valor da tarifa contratada, como o senhor afirmou e reiterou, e a Agência Nacional de Energia Elétrica está dizendo que não se tem um valor de energia elétrica contratada nesse contrato, nós temos um valor presente líquido calculado que não se sustenta em função dos próprios dados e informações que temos colhido aqui.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O senhor pode, por favor, ler para mim a data da primeira inserção na ANEEL?

O SR. DURVAL AMARAL

11 de dezembro de 2002, 25 de outubro de 2001 e reiterado, agora, posso dizer...

O SR. GILBERTO GRIEBLER

25 de outubro de 2001.

Isso significa dizer que quem levou esse projeto nos valores que aí estão foi o Governo anterior, e estamos tentando defender aquilo que foi levado por ele. Sabemos das dificuldades que existem no modelo energético brasileiro, mas não nos furtamos a lutar, exatamente por uma posição de conquista.

Então, na realidade, isso faz parte do modelo que foi no começo montado em 2001 e que não estávamos nós lá naquele momento.

Significa dizer que o montante desse valor, o PPA, que serve de balizamento a qualquer investimento, reflete o início de toda modelagem, e essa modelagem o senhor acabou de dizer, foi feita em 2001. Nós estamos tentando, junto com a ELEJOR conseguir autorização da ANEEL.

O SR. DURVAL AMARAL

Só estou colocando muito categoricamente que o valor presente líquido que fundamentou a negociação leva em consideração a tarifa contratada, que sequer está reconhecida pela ANEEL, que tem, inclusive, reiteradas vezes negado essa tarifa e isso coloca sob suspeita o valor do negócio.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O senhor sabe por que a ANEEL não aprovou?

Porque o indexado sugerido pela então ELEJOR, lá no começo, era em dólar, e nenhum contrato brasileiro pode ser indexado em dólar! O que existe hoje é uma transformação para IGPM, e se transformar em IGPM a ANEEL aceita. Perfeito?

O SR. DURVAL AMARAL

Estou só colocando isso, Dr. Gilberto, porque o senhor está dizendo (o senhor não fez uma avaliação) que a COPEL tem cinquenta anos de tradição para, entretanto, em outros casos a COPEL, contratar empresas especializadas para fazer consultoria e para fazer avaliação e colocar que é em função do MAE, em função do valor presente líquido e um dos fatores que nos leva a fechar a equação do valor presente líquido não existe e serviu como parâmetro.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Ele existe!

O SR. DURVAL AMARAL

Não está reconhecido pela ANEEL!

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Ele existe e foi levado para ANEEL em 2001, como o senhor acabou de dizer! Então ele existe! O que não existe é a aprovação formal no que diz respeito aos indexadores do número, porque o valor é VN não tenha menor dúvida que é, e o VN foi inventado, exatamente, para dar condições de sustentabilidade a qualquer projeto de energia neste País.

O SR. DURVAL AMARAL

Vamos em frente.

A COPEL não fez avaliação sobre a participação da Triunfo na ELEJOR. O senhor disse da tradição da empresa, mas a Triunfo, quando recebeu três guindastes da COPEL, no valor de trezentos mil, exigiu avaliação

padrão dos equipamentos, como consta no item 3112 do contrato celebrado entre as partes.

Por que a COPEL não fez o mesmo de exigir avaliação ou mandar fazer avaliação?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O senhor está voltando a avaliar as ações da...

O SR. DURVAL AMARAL

Para fazer o negócio! No contrato que o senhor assinou...

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Nós fizemos avaliação!

O SR. DURVAL AMARAL

No item 3112...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Durval Amaral, o Dr. Gilberto estará no seu minuto final após essa pergunta. Então, só conclua a pergunta e o Dr. Gilberto terá um minuto final para resposta.

O SR. DURVAL AMARAL

Então, vou repetir a pergunta: a COPEL não fez avaliação sobre a participação da Triunfo na ELEJOR ou se fez, usou o valor presente líquido que nós contestamos em função dos parâmetros usados. Você faz uma avaliação em cima de um parâmetro e não consegue, a equação está prejudicada com toda a certeza.

Mas, no item 3.1 1.2 nos três guindastes avaliados em trezentos mil reais, o Grupo Triunfo exigiu a avaliação padrão. Por que trata-se com “dois pesos e duas medidas”?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Trata-se com o mesmo peso, Deputado. Nós declaramos aqui que entendemos de energia elétrica, não entendemos de guindaste.

Quem tem que avaliar guindaste é quem trabalha com guindaste.

Na realidade, nós entendemos de avaliação do setor elétrico.

Aliás, senhor Deputado, gostaria de lembrar que mesmo o senhor não me pedindo, nós lhe mandamos o MAE para o senhor, muito previamente, numa deferência às suas colocações.

Então, na realidade, a COPEL sempre fez isso de forma antecipada. O Tribunal de Contas, vários Deputados da Casa receberam os modelos antes mesmo da COPEL ser solicitada. A COPEL não tem qualquer problema em esconder o seu mecanismo de avaliação. Mas, tenho que confessar ao senhor que não entendemos de telecomunicação, nem de água, e tampouco de guindaste.

O SR. DURVAL AMARAL

Quero só agradecer o recebimento do MAE. Veio às minhas mãos e foi justamente por me debruçar sobre ele que vi que ali entra a composição do preço contratado da tarifa. E, efetivamente quando recebi a informação da ANEEL que não reconhece o preço da tarifa, eu falei: “bom, esse estudo está, no mínimo, prejudicado”.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O VN não se prejudica em momento algum.

É a mesma coisa do começo ao fim, é o VN.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em especial, Dr. Gilberto Griebler.

Gostaria de insistir mais uma vez na pergunta formulada pelo Deputado Fernando Ribas Carli e também o Deputado Durval fez referência à mesa. A Triunfo fez um investimento de 21 milhões de reais; conforme V. Sa., explanado os dados oficiais que temos na COPEL, a correção máxima dos 21 milhões chegaria a 24 milhões. Então, a Triunfo fez um investimento de 21 milhões e vendeu as ações que tinha à ELEJOR, por 42 milhões de reais, que, sem sombra de dúvida, para a Triunfo, foi, como disse o Deputado Carli: “um negócio da China” e nós não podemos discordar desses números, em absoluto. E para a ELEJOR, que com isso ela obteve um lucro de 21 milhões de reais, conforme as correções da própria COPEL.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Gostaria de lembrar-lhe, mais uma vez vou frisar: um investimento do setor elétrico não se avalia e não se analisa única e exclusivamente o valor aportado; avalia-se o valor do negócio como um todo. Da mesma forma em que a COPEL, ao sair da ENERCAN investiu em volta de cinquenta milhões e saiu com oitenta e poucos milhões. Aí pode me dizer: “Puxa, eles investiram vinte e saíram com quarenta. Vocês investiram cinquenta e saíram com oitenta”. Porque cada modelo, cada usina, cada aproveitamento hidrelétrico, é uma configuração.

Tem investimentos que têm um aproveitamento maior, taxa de retorno maior. Esse investimento significa um negócio daquela empresa. Como essa mesma empresa, a Triunfo já negociou outras que já estão prontas. É o caso de Itiquira, que já pertenceu também à Triunfo em outras épocas e que devem ter ganho dinheiro quando comercializaram-na, como tem outras empresas que fazem isso no Brasil, vendendo seus ativos para empresas de geração.

Então, cada negócio é diferente em relação ao outro. Não posso comprar, o que posso ter é que os parâmetros do complexo energético ELEJOR são parâmetros de melhor desempenho no que diz respeito à

ENERCAM por exemplo, mas podem ser piores do que outros investimentos.

Na realidade, cada investimento tem que ter uma modelagem.

Quando é feito um leilão, aquela pessoa ganhou o direito sobre aquela energia e esse direito tem um valor. Por isso é que se corrige a preços presentes, exatamente em cima disso.

O SR. ELIO RUSCH

Dr. Gilberto, talvez seja essa razão que o Deputado Carli, ou Deputado Durval indagou a V. Sa. porque a COPEL deu preferência da compra para a Triunfo e não para os outros acionistas, porque poderia ter comprado de outros. Será que o valor das ações dos outros acionistas era o mesmo ou não?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Essa é uma condição que poderia existir. Na realidade, um se dispôs a vender e o outro não.

O SR. ELIO RUSCH

O senhor disse que essa condição poderia existir. Então, a COPEL não procurou comercializar as ações dos outros acionistas?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Não. Ela anunciou que queria comprar e o primeiro contato nessa direção foi para eliminar o problema que já foi apontado: um acionista ser dono do processo construtivo. E, novamente, quero dizer-lhe que não fomos nós que demos a ele essa condição.

O SR. ELIO RUSCH

Mas, Dr. Gilberto, V. Sa. continua a dizer e insistir que foi o Governo passado que iniciou, mas, quem fez a compra? O Governo passado fez o negócio com uma participação de 40% da ELEJOR e os outros 60% estavam na mão da iniciativa privada! Aí, a COPEL resolveu comprar 30%, mas para ter o controle acionário, poderia comprar 11%! Ela resolveu comprar 30% e ela pagou exatamente os 30% da Triunfo, que teve um lucro fabuloso de 21 milhões!

Sobre essa questão acho que já falamos bastante. V. Sa. também, e fica exatamente a sua colocação e a nossa, porque nós continuamos afirmando que foi um “negócio da China” para a Triunfo.

Da mesma forma, ainda no ano passado, quando foi concretizado esse negócio, a COPEL adiantou sete milhões de reais, como V. Sa. mesmo diz, e ainda o senhor disse que está em negociação. Agora, se o negócio não for concretizado - vamos supor que o negócio não seja concretizado - o que vai acontecer com os sete milhões que a COPEL antecipou?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Lamentavelmente, Sr. Deputado, o senhor não prestou atenção quando eu fiz a explanação aqui.

O SR. ELIO RUSCH

Eu prestei atenção, mas pergunto o que vai acontecer.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

A resposta já dei e vou dar novamente, com a maior tranquilidade possível.

Existem ações caucionadas que, no caso de não pagamento, por parte de um problema qualquer, a COPEL torna-se dona das ações. Então, não tem perda nenhuma e isso já diz no compromisso. Eu expliquei aqui exatamente isso. Se a empresa perder ou se não conseguir as condições de eficácia, significa dizer que o sinal de negócio jamais é perdido - não existe essa possibilidade. A COPEL se preparou para todas eventualidades.

O SR. ELIO RUSCH

Parece-nos que não é a informação que nós temos, mas como V. Sa. afirma, como Diretor da COPEL, temos que crer que isso seja verdade.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O senhor não precisa crer em mim, Sr. Deputado, porque eu mandei a cópia do contrato a todos os senhores. Eu mandei ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Em socorro ao deputado Elio, digo que o contrato diz isso, mas diz outra coisa também, não é Dr. Gilberto?

Diz que se a COPEL não cumprir os itens A, B e C, os sete milhões dados em sinal do negócio estarão perdidos. Ou seja, se não tiver autorização da ANEEL, do CADE, da Assembléia Legislativa, a COPEL perde os sete milhões em favor efetivamente do Grupo Triunfo. Isso está no contrato que o senhor celebrou. Então, o Deputado não deixou ou não está inventando história.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Não. Eu não disse que ele está inventando história nenhuma. Eu não falei isso em momento algum!

O SR. DURVAL AMARAL

Mas o senhor não disse que isso está no contrato e isso, efetivamente, está no contrato.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Estar no contrato, todas essas alternativas estão.

O SR. DURVAL AMARAL

O senhor acabou de dizer que jamais perderia o dinheiro e está no contrato que perde o dinheiro.



O SR. GILBERTO GRIEBLER

Jamais perde e vou lhe dizer por quê, Sr. Deputado: a condição de eficácia que a COPEL colocou, na época da vigência do contrato, o senhor pode falar na autorização Legislativa, por exemplo, que não era uma exigência legal e mesmo assim nós colocamos, porque tenho certeza que todos os senhores da Oposição e da Situação entendem que a geração é alguma coisa de importância ao Estado do Paraná. Então, não tenho a menor dúvida quanto a isso! Não tenho a menor dúvida que o atraso de uma obra não pode penalizar o povo paranaense e o senhor faz parte da representatividade desse povo.

O SR. ELIO RUSCH

Com toda certeza vamos ler e estudar o contrato e vamos tomar as medidas cabíveis.

Mas Dr. Gilberto, diante dos valores que aqui foram colocados, o que nos chama a atenção são exatamente duas coisas distintas: nós temos a empresa COPEL e temos a Fundação. Porque foi exatamente no ano de 2003 que a Fundação COPEL emprestou ou comprou debêntures da Triunfo no valor de sessenta milhões de reais. Depois foi a COPEL que comprou as ações da Triunfo por 42 milhões. Somando sessenta milhões que foi comprado debêntures - se não me falha a memória, esses são os valores que a imprensa, ao menos, tem noticiado - e mais os 42 milhões, então a Triunfo, na verdade, ganhou cento e dois milhões de reais da COPEL, entre a Fundação e a COPEL.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Sr. Deputado, vim aqui convidado para responder o problema de compra de ações da ELEJOR, se o senhor tiver interesse em sanar qualquer dúvida a respeito da Fundação COPEL, o senhor faça convite às pessoas que a representam e que têm a responsabilidade de gerir os negócios da Fundação, que é muito mais minha, do que do senhor, porque sou aposentado e de lá recebo.

Então, é um momento em que a Fundação COPEL pode explicar, não me cabe fazer nenhum comentário sobre essa sua colocação.

O SR. ELIO RUSCH

Por isso eu disse, Dr. Gilberto, são duas coisas bem distintas: a Fundação COPEL. Por causa disso falamos que a Fundação comprou sessenta milhões de debêntures, isso é verdade, e mais os quarenta e dois, são cento e dois milhões.

Eu só pergunto para o senhor: o senhor mostrou na transparência que o total da obra - eu não sei se entendi bem -, seria de 476 milhões ou trezentos milhões?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

473 milhões.

O SR. ELIO RUSCH

E a Triunfo é exatamente a empresa que está construindo a usina, é isso?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Sim.

O SR. ELIO RUSCH

Então, está bom.

Então, só para ficar registrado, Sr. Presidente: a Triunfo constrói a usina por quatrocentos e poucos milhões, vende as suas participações, ações, por quarenta e dois milhões, tendo um lucro, de 21 milhões - isso dá para dizer que ela teve - e mais os empréstimos que não são da COPEL, mas que são da Fundação COPEL, as debêntures, sessenta milhões, que ultrapassam quinhentos milhões de reais.

Muito obrigado!

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Sr. Deputado, lamentavelmente o senhor faz uma colocação que não tem a veracidade dos fatos.

Na realidade, a construtora Triunfo é a líder do consórcio, mas tem fornecedores de equipamentos, tem testes, tem uma série de outras coisas que absorvem esses quatrocentos. Quer dizer, esses quatrocentos e setenta, aqui, não vão para a construtora Triunfo.

Infelizmente, o seu entendimento não corresponde a uma obra do porte da ELEJOR.

O SR. ELIO RUSCH

Mas, sai da COPEL?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

É evidente, sai da ELEJOR, não da COPEL, das Centrais Elétricas de Jordão.

O SR. ELIO RUSCH

Que a COPEL tem hoje 70%?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Ainda não, mas vai ter.

O SR. ELIO RUSCH

Ou ela tem, ou ela perde sete milhões.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Não, as condições de eficácia só seriam dadas se a COPEL não protocolasse os processos na ANEEL e no CADE. E nós já fizemos isso, para a nossa tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O próximo orador será o Deputado Valdir Rossoni.

Como disse de início, onze Deputados inscritos, já falaram três: Fernando Ribas Carli, Durval Amaral e Elio Rusch. Fala agora Valdir Rossoni, questiona agora Valdir Rossoni, depois Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Ade-

mar Traiano, Marcos Isfer, Vanderlei Iensen, Tadeu Venieri e Natálio Stica.

Como o Regimento fala de inscrição prévia, elas estão encerradas após o quê encerraremos a Sessão.

Deputado Valdir Rossoni com a palavra.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço a V. Exa. Sr. Presidente, até por ter zerado o cronômetro, porque quando discutimos algo, Dr. Gilberto de que não somos profundos entendedores, V. Sa. tem que compreender, estou observando que V. Sa. tem sido um pouco rígido com os Parlamentares, porque quem tem a obrigação de explicar e esclarecer é V. Sa. nós não temos a obrigação de sermos profundos conhecedores da questão.

Então, gostaria que V. Sa. tivesse um pouquinho de compreensão com este cidadão aqui que não conhece mesmo de energia elétrica, é verdade, e não conhece essas negociações.

Então, gostaria que V. Sa. tivesse a compreensão para que tivéssemos aqui um perfeito entendimento, de pessoas que querem ter pelo menos claras, as ações do governo, às quais os paranaenses nos subestabeeceram aqui essa procuração.

Dr. Gilberto, é normal para que você garanta a preferência de um negócio, pagar antecipado? É normal? Gostaria de saber de V. Sa. Vou colocar da seguinte forma: se formos fazer um levantamento no mercado, em todos os setores do mercado, eu pelo menos ao longo da minha história de negociador, de comprador ou de vendedor, sempre vi você ter um contrato de preferência de negócio por um determinado tempo, mas não pagar antecipado. Tenho certeza que se formos fazer levantamentos de registros de contratos de preferência, de mil contratos, não tenho dúvida de que encontraremos poucos que pagaram antecipadamente para garantir essa preferência.

Gostaria de saber o porquê essa antecipação desses recursos?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Vou dar alguns exemplos para ficar bem fácil - não subestimo em momento algum a capacidade de entendimento de nenhum Deputado, acho que todos têm condições tranquilas de entender um processo energético da mesma maneira que eu. Então, quero registrar isto. A Votorantin, quando fez a negociação conosco na ENERCAM nos deu 22 milhões de sinal de negócio. Em qualquer tipo de empreendimento energético, na hora em que se faz a transferência, é hábito e comum estabelecer-se um negócio. Por quê? Não podemos brincar com a ANEEL, mandar um processo para lá e depois que a ANEEL aprovar dizer: "não, é brincadeira, eu não quero mais, quero desfazer o negócio". Se desfizer o negócio, perde. É por isso que tem o sinal de negócio nesse em-preendimento de energia.

Então, respondendo-lhe, é extremamente habitual no setor energético ter um sinal de negócio, um compromisso de compra e venda, antes de ter um contrato de compra e venda. É extremamente habitual.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Quero que V. Exa. me permita discordar, porque um contrato firmado entre as partes, com multa, já tem a responsabilidade suficiente para garantir a preferência de compra. Isto eu faço aqui com V. Sa. para nós irmos aonde se registra contratos e V. Sa. vai observar que essa não é a normalidade dos contratos.

Então, esta é uma posição. V. Sa. já colocou a sua, eu estou colocando a minha, porque venho da iniciativa privada. Talvez eu tenha que mudar de ramo e tenha que entrar na questão e ir trabalhar com energia elétrica, porque não temos este privilégio de receber num contrato, antecipado, que ainda não se tem a garantia de executar o negócio.

A segunda pergunta para V. Sa.: quem é o proprietário da Triunfo, Dr. Gilberto?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Pelo que me consta é o Dr. Carvalho.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Quem é o proprietário da Paineira?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Pelo que me consta, é a família Gulin, dividida em cinco ramos.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

O senhor tem conhecimento que várias vezes o Governador do Paraná teceu palavras que não deveriam ter sido tecidas à família Gulin nos seus pronunciamentos?

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Não me compete julgar essas colocações.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Só queria saber se V. Sa. tem conhecimento.

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

Não tem conhecimento? Mas gostaria de comunicar a V. Exa. que por muitas vezes nós ouvimos e temos testemunhas disto aonde a família Gulin foi, não vem ao caso aqui citar as palavras ditas pelo ilustre Governador, mas tenho certeza absoluta que deixar no ar uma dúvida aqui aos Parlamentares, pelas considerações feitas pelo Sr. Governador, ele se associar, ou deixar a COPEL se associar porque ele tinha um conceito totalmente diferente do que tem hoje.

#### O SR. GILBERTO GRIEBLER

O senhor me fez uma pergunta, eu gostaria...

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Não, estou fazendo este comentário, não lhe fiz uma pergunta, só estou fazendo um comentário que para nós, causa estranheza que em tão pouco tempo o governo do Paraná, que mudou de mãos, mudou o seu conceito sobre um cidadão paranaense a quem devo todo o respeito, eu não concordava com as posições do então Governador, não concordava, continuo discordando com as posições, mas é importante ser ressaltado que a honra dessa família agora está resguardada, até pelo atual Governador que julgava de uma forma que não era conveniente.

Dr. Gilberto, se o senhor fosse um acionista da COPEL e fosse fazer esse negócio que foi feito, porque é um negócio altamente lucrativo: começo a construir uma casa, essa casa custa “x” e antes de terminar essa obra, ganho 100% em cima desse negócio, de 21 para 41,8 milhões não exigiria que tivesse uma auditoria privada para fazer a avaliação desse negócio que foi feito pela COPEL?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Se fosse acionista como o senhor está colocando, iria questionar à diretoria passada que fez um contrato de oitocentos megaWatts e mais 450 da UEGA.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

O senhor me desculpe. Estou lhe fazendo uma pergunta, o Governo passado não está sob o seu julgamento, não é o seu julgamento que me interessa, o que me interessa é a resposta de V. Sa. Porque o que tenho sentido é que V. Sa. está usando a velha tática: “é melhor o ataque do que a defesa”. Pergunto pontualmente: o senhor, como acionista da COPEL se sentiria satisfeito sem uma auditoria da iniciativa privada para efetuar um negócio de quarenta milhões?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Na realidade, não sou o único acionista. Sou acionista da COPEL, porque por força do meu mandato tenho que ter ações da empresa. E pelos meus 38 anos de casa, adquiri ao longo dos tempos. Mas se fosse realmente acionista, veria todo o desempenho da COPEL ao longo dos tempos.

Quero me permitir fazer uma colocação, porque na realidade quando o senhor faz as suas premissas, o senhor dá um depoimento. Tenho que dar o meu para poder justificar as minhas respostas. Então, na realidade o acionista tem que ver todo o funcionamento da empresa. Ver porque, inclusive, a COPEL não foi privatizada. Esse negócio de geração de energia, realmente são negócios diferentes. Diferentes do ponto do setor energético brasileiro.

Então, na realidade, a COPEL, ao investir em geração, a qualquer momento é um grande negócio. Essa é minha visão como acionista da empresa. Se a COPEL

investir em telecomunicações, eu posso questioná-la. É isso que eu deveria ter feito no momento em que foi feito.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Desculpe a minha falta de inteligência, mas não consegui entender.

Só dizer ao Dr. Gilberto que, se eu fosse um acionista da COPEL, não me sentiria satisfeito sem uma auditoria privada para fazer esse negócio e também dizer ao Dr. Gilberto que gostaria muito de mudar o meu ramo de atividade para o ramo de energia elétrica, porque quem recebe na frente sem ter o contrato efetuado e também obtém um lucro sem terminar o empreendimento..... Quero dizer que em lugar nenhum na iniciativa privada, não acontece de dobrar o seu patrimônio antes de encerrar a obra! Esse é o meu posicionamento. Não me sinto satisfeito pelas respostas aqui oferecidas.

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)**

Pela Ordem, Sr. Deputado Natálio Stica.

**O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, fizemos aqui um acordo extrapolando o nosso arcaico Regimento, que usa esses cinco minutos, mais cinco para resposta. V. Exa. está conduzindo da melhor maneira possível. Só estou chamando a atenção, para que mantenhamos nosso acordo. A Oposição, como faz as perguntas da maneira e com a dureza que lhe convier, que não chame atenção do orador, quando ele responde as perguntas, que tem total liberdade de respondê-las da maneira que achar conveniente.

Portanto, vamos manter o nível do debate.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria que o Deputado Natálio Stica citasse o nome dos Parlamentares que faltaram com o respeito. Porque chamei o Dr. Gilberto de V. Sa. com todo o respeito. A questão de discordância deste Parlamentar não é falta de respeito, é uma questão de posicionamento. Gostaria que o líder do Governo interpretasse as nossas posições como as de quem tem o direito de discordar, senão daqui a pouco seremos expulsos deste Parlamento, como se expulsam jornalistas do País.

**O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, para responder ao Deputado Valdir Rossoni: foi agora, neste instante, chamada a atenção do Dr. Gilberto, quando lhe é perguntado, ele vem com ataques. Não está vindo com ataques. Está respondendo e às vezes e por vezes cita, por exemplo, que esse contrato foi feito no governo anterior. Poderia dizer “no seu” Governo e não está fazendo dessa maneira, porque é uma pessoa educada. Quero a liberdade do Dr. Gilberto para poder responder da maneira que lhe convier. A mesma liberdade que a Oposição tem de fazer as perguntas, que

queira da maneira como queira. O direito de discordar lhe é devido e o senhor o tem.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, o Deputado Natálio Stica não precisava ter levantado essa polêmica. O sacristão está querendo ensinar ao padre a rezar a missa.

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)**

Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

**O SR. BARBOSA NETO**

Dr. Gilberto Griebler, V. Exa. poderia responder-me a seguinte questão: não houve aporte de recursos da Triunfo nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2003. Isso pode ter sido algum indicativo de a empresa enfrentar dificuldades financeiras ou esses aportes foram suspensos, porque a venda da participação da Triunfo vinha sendo negociada com a COPEL?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Os aportes programados tinham sido concluídos em agosto. Nos meses de setembro, outubro e novembro - como o senhor colocou - não existiam previsões de aportes.

**O SR. BARBOSA NETO**

Dezembro também?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Dezembro também não.

**O SR. BARBOSA NETO**

Quais as datas em que foram feitos esses aportes de capital na ELEJOR, nos valores de 24 milhões e de 18 milhões? Quem autorizou essas operações? Onde esses recursos foram aplicados pela ELEJOR?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Isso faz parte do compromisso que foi assumido, ou seja, não paralisar as obras e continuar o desembolso, sendo bancado pela empresa, pela COPEL e que faria parte depois do mútuo, que foi assinado na sequência. Esse dinheiro foi, provavelmente - não posso falar porque não sou Diretor da ELEJOR - no pagamento de suas despesas operacionais: pagamento de pessoal, do próprio consórcio gestor, da ENTERTEC, dos projetistas, das máquinas, enfim, de tudo aquilo que é a relação das despesas que eles têm.

**O SR. BARBOSA NETO**

Quem autorizou esses aportes, essas operações?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

O contrato de mútuo, que permitia essa autorização à Diretoria da empresa.

**O SR. BARBOSA NETO**

Os outros acionistas também fizeram aportes ou somente a COPEL?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Só a COPEL.

**O SR. BARBOSA NETO**

Quem eram os Diretores da ELEJOR no dia 18 de dezembro de 2003, no dia 29 de dezembro de 2003 e no dia 26 de janeiro de 2004?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

O mesmo grupo que dirige, à exceção do Diretor-Presidente Vendelino Fisch.

**O SR. BARBOSA NETO**

O senhor teve coragem de transferir 42 milhões para a ELEJOR, como aporte de capital e só substituir os Diretores em março de 2004?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Em fevereiro. Para isso existe um Conselho Fiscal e o de Administração da própria ELEJOR, que é comandada por um funcionário, por um empregado da empresa. Todos os atos da Diretoria são fiscalizados pelo Conselho, que continua o mesmo. Desde outubro, novembro e dezembro é o mesmo. A Gestão Executiva é que mudou um dos quatro Diretores, os outros três permanecem, mesmo porque são indicações que foram referendadas.

**O SR. BARBOSA NETO**

Foi celebrado algum contrato mútuo para a transferência de 24 milhões, no dia 29 de dezembro de 2003, e de 18 milhões, no dia 26 de janeiro de 2004?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

O contrato é o mesmo, é o mútuo que foi colocado aqui na exposição, é exatamente o mesmo.

**O SR. BARBOSA NETO**

Esse é o contrato que autorizou as transferências?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Exatamente.

**O SR. BARBOSA NETO**

Para nós Deputados, é estranho que enquanto a Assembléia Legislativa votava, no dia 12 de dezembro de 2003, a Lei nº 14.286, que regulamentava a aquisição do controle acionário da COPEL nas parcerias com as empresas privadas, V. Exa. apressasse a realização desse negócio, na ELEJOR, sem prévia autorização dessa Assembléia Legislativa e sem observância à lei que foi aprovada e, ainda sem aprovação da ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Na realidade, todas as suas colocações estão em acordo àquilo que é a legislação vigente, mas não é a legislação que era vigente em 14 de dezembro, quando foi feito o compromisso de compra e venda. Então, na realidade, sob a égide da Lei 11.740/97, em vigor em dezembro, era perfeitamente admissível a COPEL fazer essa negociação.

O SR. BARBOSA NETO

Houve um mascaramento, uma adequação na lei para realizar isso?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Em hipótese alguma, Sr. Deputado, a COPEL não precisa disso. Não existe mascaramento nenhum. Está no contrato na cláusula IV, que uma das obrigаторiedades do contrato era a continuidade da obra.

Por isso, que foi feito o aporte.

O SR. BARBOSA NETO

A COPEL não pode fazer empréstimo para tocar a obra. Qual é a garantia que a ELEJOR terá, que recursos terá para construir as usinas de Santa Clara e do Fundão?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Gostaria de dizer que o senhor fez uma afirmativa que não corresponde. A COPEL pode tomar empréstimo sim. Aonde está dito que a COPEL não pode captar recursos? Ela não pode receber recursos do Governo Federal, que é um contingenciamento do Banco Central, dos Bancos privados, a COPEL pode pegar a qualquer momento. Nós estamos providenciando exatamente isso.

O SR. BARBOSA NETO

A COPEL já integralizou a transferência do empréstimo de 91 milhões de reais, previsto no contrato para ser integralizado até o dia 30 de abril de 2004, para as obras das usinas de Santa Clara e Fundão. Essa transferência do empréstimo já foi feita ou não?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Isso é o contrato de mútuo. É esse contrato que dá condições à continuidade de obra, que está na cláusula IV da contrato, que diz da obrigаторiedade na continuidade da obra.

O SR. BARBOSA NETO

Agradeço as colocações feitas por V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

Na seqüência, o Deputado Luiz Carlos Martins fará a inquirição ao nosso convidado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Dr. Gilberto, essa é uma das funções importantes do Poder Legislativo, essa discussão toda, principalmente

no meu caso em particular, que sou ignorante no assunto. Então me perdoe alguma colocação. Por isso que o senhor está aqui hoje. A primeira pergunta: o senhor disse, num determinado momento respondendo a algum companheiro, que o Dr. Carvalho, é Presidente de uma holding?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Não sei se é uma holding, mas que ele é um dos responsáveis da Triunfo Investimentos e da Construtora Triunfo, realmente ele é.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Então ele tem outras relações com o Governo do Estado, com o Estado do Paraná, além da ELEJOR?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

É evidente que tem, ele é dono de um trecho considerável do pedágio.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Qual é a empresa?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Se me perguntar qual é, eu não sei.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Mas, ele tem outras relações com o Estado, com o Governo?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Sim.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Por que não foi feita uma auditoria privada, na avaliação?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Na realidade a COPEL é competente para fazer avaliação no modelo energético. Não existe ninguém que melhor avalie as condições de um empreendimento energético do que a COPEL. A COPEL, só para lembrar, já construiu a Júlio de Mesquita Filho, Salto Grande do Iguaçu, Foz do Areia, Salto Santiago, Caxias, Segredo, enfim, é uma empresa que tem know how maior que qualquer outra empresa - a não ser a SEMIG - aqui no Brasil. Então, na realidade, somos consultados por este mundo afora, pela maneira como avaliamos nossos investimentos. Então a COPEL quando entende do assunto, que é nosso caso de energia elétrica, temos total comodidade de fazer avaliação pelo corpo técnico da empresa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Já foi colocado aqui que, como leigo no assunto, fico me perguntando por que a COPEL não negociou os 30% da família Gulin e negociou com a Triunfo? Porque a família Gulin não tem dinheiro da Fundação COPEL na

participação deles? Foge-me o nome... é Paineiras, não tem dinheiro da Fundação? Enquanto que a Triunfo tem dinheiro da Fundação. Parece-me que vai ser construída uma obra lá no Piauí.

Então por que o Governo, a COPEL não negociou com a família Gulin e sim com a Triunfo, que já vai construir a obra?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Na realidade, a pessoa sendo acionista e construtora ao mesmo tempo, fica uma relação meio difícil. E é por esta razão que a COPEL sentiu-se mais confortável em fazer a negociação com a Triunfo do que com a família Gulin. Na realidade, queríamos ter: primeiro, a participação majoritária e segundo, ter a Construtora Triunfo como empreiteira nossa e não como sócia e empreiteira. Porque na realidade, quando ele tem o mesmo assento que nós, o comando é difícil, porque eles têm os interesses de construção.

Agora, na plenária de decisão, é a COPEL e Paineiras e a Construtora e uma contratada da nossa participação acionária nós e Paineiras. Na realidade foi uma decisão em que foi sinalizada a possibilidade de fazer o negócio, e ele só se concretiza quando é bom para as duas partes e a Triunfo foi conversar e teve a avaliação que o senhor falou há pouco. Tinha duas avaliações que podiam ser levadas em conta além da COPEL, do UNIBANCO, que é o Advaiser da ELEJOR e a própria avaliação da Triunfo. Que eles podem disponibilizar a Assembléia para ela ver qual o critério deles e qual o nosso. Como o UNIBANCO também pode disponibilizar. Para nós não tem problema nenhum fazer a divulgação dos nossos critérios, seria muito bom verificar com a Triunfo e com o UNIBANCO. O UNIBANCO avaliou em 50 milhões e a Triunfo em 47 e pouco.

Então, na realidade, essas avaliações que fundamentam o nosso modelo que dá condições, talvez não seja base igualitária para todas as avaliações.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Quero voltar a insistir aqui numa questão que foi levantada pelo Deputado Elio Rusch, inclusive está no item 5.2 do Contrato com a Triunfo, que prevê que se o negócio não se concretizar, a Triunfo deverá devolver os 7 milhões que foram adiantados pela COPEL em dezembro de 2003.

Esse adiantamento, só por curiosidade: em dezembro de 2003 foi antes do Natal ou foi antes do Ano Novo.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Dia 18 de dezembro.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Então foi um pouquinho antes do Natal.

A Assembléia Legislativa estava em recesso.

Então aqui a Triunfo deverá devolver os 7 milhões que foram adiantados em dezembro em prestações de 12 parcelas, com início 30 dias após a entrada em operação da usina.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Corrigidas.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Corrigido. O que está previsto somente para 2006, se o negócio não se concretizar e a usina não for construída a Triunfo não está obrigada a devolver nada?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

As condições de eficácia do contrato para transferência das ações passam por algumas tomadas de posição que a COPEL tem que ter, o que caracterizaria a perda desses sete milhões seria se eventualmente a COPEL não protocolasse nem a ANEEL e nem no CADE os processos que demonstram ao CADE e à ANEEL qual é o negócio que está sendo feito. Isto não tem risco de acontecer porque a COPEL já cumpriu essa exigência, então na realidade esta devolução tem, além dessa maneira de ser devolvida, tem a calção das ações, que seriam de propriedade da própria COPEL no montante de sete milhões corrigidos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Dr. Gilberto, esse contrato entre a COPEL e a Triunfo na verdade...

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Compromisso.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Compromisso, não é contrato. Na minha opinião de leigo, querendo entender todo esse processo, na verdade ela é uma espada que está colocada sobre a cabeça da COPEL. O item 6.2 por exemplo prevê que a COPEL perderá o sinal de negócio no valor de sete milhões caso a transação não seja aprovada pela Assembléia Legislativa, pelo CADE ou pela ANEEL. Então, eu entendo que só a Triunfo ganhou com esse negócio. Então, me convença que não?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O negócio de energia Deputado tem que ser visto pelos dois lados, a oportunidade de ser proprietário de 240 mega é uma oportunidade única no Estado do Paraná, eu vou lhe dizer porque, daqui para frente o modelo energético mudou, todas as licitações e todos os empreendimentos passarão, não por agios que eram feitos antigamente, e sim pela menor tarifa; quer dizer, mudou totalmente a maneira de como vai ser possibilitado a cidadãos, a empresa, seja ela privada ou pública, o acesso

a novos empreendimentos. Com o empreendimento de 240 mega no Paraná, com a TRACBEL e com a ELETROSUL loucas para ter mais geração, era temeroso a COPEL não fazer o negócio e perder um negócio dessa natureza. Então, no interesse maior de ter essa geração garantida ao povo paranaense a COPEL se disponibilizou a fazer esse negócio, que é o último da forma em que foi feito esse leilão desse empreendimento. Então, na realidade, oportunidade igual a essa não tem no Estado do Paraná mais. Daqui para frente serão de outra maneira os aproveitamentos, que outros estudos foram conseguidos dessa maneira.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Doutor Gilberto perder o controle dos sessenta milhões dos funcionários é confortável? Eu sei que essa é uma questão que a Fundação tem que responder.

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Essa perda só se dará na medida em que isso for definitivamente registrado, não existe até agora nenhuma perda. No negócio de fundação existem 50, 60 negócios por mês, ganhando três, perdão, perdendo três e ganhando quarenta e sete. Alguns realmente perdem, da fundação da qual eu já fui presidente com muita honra, no meu tempo graças a Deus o nosso índice como é hoje, sempre foi um índice evolutivo, mesmo perdendo alguns negócios. Não estou aqui defendendo as aplicações que foram feitas, que não é meu papel. Mas estou aqui defendendo como beneficiário desse fundo, a minha fiscalização também passa por essa pergunta, que ficamos sim indignados quando foi feita a compra desses papéis, não tenho a menor dúvida disso

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)**

Com a palavra o Deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER**

Gostaria de dizer ao Dr. Gilberto que nós que fomos Presidente da CPI da COPEL, ficamos muito satisfeitos em ver que algumas daquelas resoluções que saíram da CPI, dentre elas a que a COPEL não deveria mais fazer parte de negócios minoritários, que eram aqueles famosos contratos “granada” - onde a COPEL entrava com a grana e o outro sócio saía com tudo. Isso começa a ser adotado, quando decide-se pela compra da participação da Triunfo na ELEJOR.

Por outro lado, ainda bem que está vindo para esta Casa a solicitação da autorização da Assembléia para a compra dessa participação. Isso para nós é fundamental. É algo vital, porque, como empresa pública - e nós fomos aqueles que defenderam a manutenção da COPEL enquanto empresa pública - não podemos ver de outra forma que não seja através de autorização legislativa, que não seja um negócio transparente, para que todos tenham acesso a essas informações.

A Triunfo, a ofertar para a COPEL a sua participação, ofertou também para a Paineira?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Soube que foi feita essa oferta à Paineira. e óbvio que, pelas condições econômicas do próprio grupo, não teria condições de satisfazer.

**O SR. MARCOS ISFER**

Recomendaria que constasse isso por escrito no processo, para evitar qualquer tipo de ação futura de contestação de outro sócio, dizendo ser lesado no seu legítimo direito de participação.

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

A Paineira é anuente no próprio contrato. No contrato tem lá, o Departamento Jurídico tomou providências nesse sentido.

**O SR. MARCOS ISFER**

É diferente esse adiantamento de 7 milhões e 200 mil reais que foi realizado à Triunfo, daquele adiantamento de 29 milhões que foi realizado à ADM?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

**O SR. MARCOS ISFER**

É importante que isso fique claro, que não foi uma compra antecipada. Mesmo que o negócio não dê certo, não é uma compra antecipada de energia?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Uma coisa é a compra das ações e a outra coisa é o contrato de mútuo. Os 7 milhões foi sinal de negócio, não é mútuo. Mútuo é o que a COPEL faz para a ELEJOR. As ações valem X. Este X vai ser pago de que forma? Um adiantamento de 7 milhões, 185 mil, e mais 30 mil quando dermos a condição de eficácia. Que são todas aquelas. Dentro do contrato diz o seguinte: a COPEL não pode deixar o empreendimento. E aí é feito um mútuo entre a COPEL e a ELEJOR para garantir o funcionamento da obra. Feito?

**O SR. MARCOS ISFER**

E a última recomendação: naturalmente, que a Construtora Triunfo vai continuar a obra?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Acredito que sim, não tem impedimento, mesmo por que estão rigorosamente em dia.

**O SR. MARCOS ISFER**

Naturalmente que esses preços da obra já são preços definidos?

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Na contratação feita, evidente.

O SR. MARCOS ISFER

Que era uma contratação pré-fixada lá atrás, mas que me parece, neste momento, ter que haver aí também uma reavaliação desses preços e serviços?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Acho que na área de geração da empresa está com toda a sua tecnologia à disposição, neste momento, para fazer o cotejamento desses preços.

O SR. MARCOS ISFER

Gostaria de pedir que isso fosse remetido à Assembléia para que tivéssemos conhecimento e pudéssemos cotejar com os preços que estão sendo praticados em todo Brasil, uma vez que há inúmeras usinas sendo construídas no Brasil, mais ou menos do mesmo porte, e é possível que possamos avaliar e ter o acompanhamento.

Tenho um respeito muito grande pelo corpo técnico da COPEL, mas depois de termos participado da CPI ficamos um pouco assustados. Até essa auto-suficiência técnica, às vezes, temos que tomar todo o cuidado, como eu disse, para evitarmos que acabe levando a problemas como os que já tivemos no passado. Acho que ninguém quer mais ver a COPEL maculada por problemas como tivemos que investigar, que acabaram gerando tanto desconforto à empresa, à sociedade paranaense e até mesmo a esta Assembléia no poder de fiscalização.

Tenho certeza que nenhum dos Deputados que participou da CPI ficou feliz em ver tantos desmandos dentro da empresa.

Então, acho que é importante que toda essa transparência, toda essa prestação de contas da COPEL sejam feitas à Assembléia. Acho que isso é saudável e faz bem.

Quero parabenizar pelo senhor estar aqui prestando contas, porque se nós tivéssemos tido esse cuidado, talvez em vários outros negócios anteriores, não seria necessário a CPI.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Vanderlei Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Dr. Gilberto Griebler, primeiramente, é um prazer em revê-lo e gostaria de iniciar a minha participação perguntando-lhe porque estou sentindo falta aqui, hoje, dos membros do Departamento Jurídico da COPEL, se existe algum motivo para que os membros desse Departamento não estejam aqui, hoje?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Na realidade, a área Jurídica da empresa prestou todo assessoramento para fazer os contratos de mútuo, fazer todas as negociações.

Acontece que em determinado momento, vir aqui, em público, talvez não seja muito comum a pessoas que não tenham a transparência necessária ou o conhecimento daquilo que pensam que é única exclusivamente visto através de um contrato.

Desconheço a razão pela qual a área Jurídica não veio. Aliás, até gostaria de saber e, na realidade, sinto-me desconfortável, porque nos aspectos jurídicos dos quais não sou profundo conhecedor, deveria ser respondido por quem de direito, mas acho que faço o possível para poder salvaguardar a integridade da empresa, mesmo não tendo entre meus assessores aqui, um companheiro do Departamento Jurídico.

O SR. VANDERLEI IENSEN

É, isso realmente está fazendo muita falta para nós Deputados, que queremos esclarecer algumas dúvidas e gostaria que o senhor levasse essa reclamação, porque não tivemos hoje, aqui, a oportunidade de ter um assessoramento do Departamento Jurídico da COPEL, fato diferente do que aconteceu na época da CPI, quando tivemos todo assessoramento, informações e, infelizmente, hoje, não podemos contar com esse Departamento. Mas enfim, o senhor está aqui respondendo - e com muita propriedade - às perguntas que estão sendo feitas.

Estava ouvindo o Deputado Luiz Carlos Martins e, talvez por uma falha de pronunciamento ou de interpretação, quando ele citou que a COPEL perde o sinal se a Assembléia não aprovar, eu entendi no contrato, que é contrário. Se a Assembléia Legislativa não aprovar esse negócio, a Triunfo é obrigada a devolver o sinal. É isso mesmo?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Se a Assembléia não aprovar, vamos analisar aqui com tranquilidade. Na realidade, a COPEL colocou a aprovação da Assembléia numa maneira de precaução naquilo que é um negócio da empresa.

No momento em que foi feito o contrato não precisava dessa aprovação legislativa. Mas, achamos extremamente interessante que seja discutido com todos os segmentos, exatamente e principalmente aqui, que é a Casa do povo paranaense.

Acho que essa colocação na Assembléia passa pelo entendimento de todos, da Oposição, da Situação, porque é um bem para o Paraná, não é um bem para a Situação nem para a Oposição. Como foram em determinado momento as usinas construídas por outros Governos, que foi em benefício do Estado.

Em momento algum a COPEL perde os 7 milhões, porque já cumpriu com aquilo que era apazado no contrato ou seja, protocolada na ANEEL e no CADE. E



mais, nós fizemos, através do Deputado Nereu Moura, a colocação para que ele fizesse um projeto e a informação dada é que deveria ser uma mensagem do Governador para ser submetido à Assembléia.

Isso é uma coisa que o próprio Departamento Jurídico está vendo: qual é a situação que melhor atende aos anseios do acionista majoritário.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Muito obrigado.

Tem mais uma colocação, com relação ao preço. Estou vendo aqui muitos Deputados contestando a avaliação, o preço, e comecei a pensar o seguinte: o negócio tem que ser bom para ambas as partes.

Vamos supor que a COPEL quisesse vender os seus 40%. Qual o valor que a COPEL investiu, o investimento histórico da COPEL nesse projeto?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Vinte e oito milhões de reais.

O SR. VANDERLEI IENSEN

A COPEL tem 40%. Então, é lógico que se a COPEL for vender hoje as suas ações, ela também vai ter uma avaliação muito superior. Em torno de 50, 54 milhões.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Acho que nem por sessenta a COPEL venderia.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Nós vemos o seguinte: não é só a Triunfo que está ganhando. Todos os participantes do consórcio estão ganhando, tanto é verdade que eu estava fazendo uma análise, no caso da ENERCAN, a COPEL a vendeu por 88 milhões.

Baseado nesses valores, investimento histórico, a COPEL poderia vender até por 60 milhões. Então, a COPEL teve um lucro de quase 30 milhões.

Vemos o seguinte: é bom deixar claro aos Parlamentares: se a Triunfo está ganhando nesse negócio, a COPEL também poderia estar. A partir do momento que a COPEL resolva: “Não, não quero comprar as ações da Triunfo, quero vender as minhas”, a avaliação é a mesma. Até porque, se não for essa mesma avaliação, a COPEL corre o risco de sofrer um processo por improbidade administrativa. Vender mais barato um bem público.

Então, é necessário que se coloque isso, porque se está falando que a Triunfo está ganhando muito dinheiro nesse negócio e o que estou analisando aqui é que não é só a Triunfo. A COPEL também está ganhando muito dinheiro e, a outra associada também.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Esta é a valorização do empreendimento. Por isso que fiz questão de, inicialmente passar aqui o está-

gio do empreendimento. Uma coisa é ter um rio, uma curva e mato ao lado. Outra coisa é ter o desvio do rio, a concretagem, o túnel do desvio, toda a estrutura sendo montada e isso valoriza o empreendimento. E viabiliza cada vez mais as receitas advindas desse empreendimento.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Dr. Gilberto, muito obrigado pela participação. Minha parte encerro agradecendo e reconhecendo que V. Sa. teve uma participação importante, foi claro e respondeu com muita propriedade as perguntas que fizemos.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Tadeu Veneri a seguir.

**(Declina)**

Deputado Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, na verdade fiz a inscrição apenas porque como último orador, queria agradecer ao Dr. Gilberto e parabenizá-lo pela clareza e o conhecimento que tem sobre o assunto, fazendo jus aos 38 anos que o senhor tem de COPEL. E os esclarecimentos, pelo menos da minha parte - e tenho certeza da Bancada de Apoio ao Governador Requião nesta Casa - sabemos que, embora a compra, embora o contrato tenha sido feito no Governo passado, mas no que tange a este Governo toda a transparência tem sido dada.

Quero agradecer a V. Sa. pelas explicações aqui dadas e parabenizá-lo pelo conhecimento que tem desse assunto e dos assuntos pertinentes à nossa Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Já que o Deputado Stica é o último inscrito, queria saber se o Sr. Presidente permite-me fazer uma última pergunta, para que possamos aproveitar a presença do Dr. Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Jocelito Canto inscreveu-se agora, neste momento.

Consulto ao Dr. Gilberto se ele concorda.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Estou às ordens.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Então faço a pergunta.

Dr. Gilberto, fiquei somente com uma dúvida. Pelos documentos que temos, consta que a COPEL, após o contrato de compromisso de compra e venda em que fez o adiantamento de 7 milhões, também fez um aporte na ELEJOR em torno de mais de 40 milhões de reais. É verdade?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Eu já expliquei isso.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

É um contrato de mútuo?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

É o mútuo.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Queria saber do Sr.: se o contrato não se efetivar, como é que a COPEL vai se ressarcir desse recurso.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O mútuo tem as garantias do próprio mútuo. Estão explícitas no próprio contrato, se houver inadimplência por parte da ELEJOR. Teoricamente, para entendermos facilmente, é a COPEL emprestando para a COPEL mesmo. A COPEL terá 70% da ELEJOR lá na frente. Quer dizer, não tem nenhuma preocupação, só se nós não fizermos a obra, se formos incompetentes.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

A minha pergunta é se não se concretizar, porque se não se concretizar o negócio, a COPEL fica com 40% e não com 70%. Quer dizer, ela não tem 70% de garantia, ela fica com 40% só.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

O senhor diz da impossibilidade de transferência das ações?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Exatamente. De não se realizar o negócio.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

A COPEL não perde e o mútuo é cancelado. Ressarcido naquilo que diz o próprio mútuo.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Mas a ELEJOR tem como ressarcir?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Quem é que vai tocar a ELEJOR?

A Construtora Triunfo vai tocar, não vai? Aí ela continua dona, com 40%, e a COPEL com 30%.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Mas e esses outros sócios, será que terão o recurso para devolver para a COPEL?

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Quem tem o recurso não é o sócio, é o empreendimento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Mas o empreendimento existe com o aporte e as garantias dos sócios.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Exatamente. Por isso que a empresa pode captar recursos a qualquer momento. A ELEJOR tem muito mais facilidade do que a COPEL, hoje, porque não é uma estatal e pode inclusive conseguir, na sua interpretação, financiamento do BNDS.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Jocelito Canto, por dez minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Caro Gilberto Griebler, acompanhava primeiramente as transparências que foram mostradas e, confesso a V. Sa. que realmente fiquei bastante surpreendido com os números apresentados e entendi que, na verdade, depois de toda a explanação que V. Sa. fez aqui, sentimos que o que vimos, na verdade, foi mais um fato político do que um fato técnico.

E gostaria de cumprimentar V. Sa., os Diretores da COPEL, porque há questão de dois ou três anos atrás falava-se em um apagão neste País e gastou-se rios de dinheiro para resolver este problema, construir usinas, diminuir energia, pessoas eram obrigadas a colocar motor por conta própria, as grandes Cidades tiveram apagão, enfim, falou-se muito disso. E a solução que se via naquela época é que precisariam ser feitas novas usinas, e estamos vendo agora que a COPEL está fazendo um grande investimento, está fazendo investimentos e nos dá orgulho em dizer que o Estado do Paraná é um dos Estados que mais investimentos tem, hoje, à nível de usinas.

Então, pelo que vi aqui, desconheço, não sou profundo conhecedor dessa questão, mas o que vi aqui deixou-me muito satisfeito, como Deputado. E quero cumprimentar V. Sa. pelo fato de conduzir com muita transparência tudo o que vi aqui: vi a Bancada toda da Oposição fazer-lhe várias perguntas, sendo que o senhor respondeu a todas elas, me parece, com muita clareza e demonstrando acima de tudo que o negócio que a COPEL fez é de futuro e é algo que está se pensando lá na frente, não agora, não está se pensando pequenininho, está pensando no futuro do Paraná e principalmente no futuro da nossa COPEL.

Então, não tenho pergunta nenhuma para fazer, apenas para cumprimentá-lo. E disseram-me aqui que a usina, que é essa empresa Triunfo, também já tem concessão do pedágio, parece-me que ela é sócia do pedágio,

de um pedágio do Paraná também. Quer dizer, é uma empresa que já vem lá de trás participando, ela faz parte do Governo anterior. E até fiquei surpreso porque o pessoal da Oposição foi que mais perguntou e foi exatamente no Governo anterior que também se fizeram várias concessões, inclusive essa Triunfo que todo mundo estava preocupado com lucro que ela iria ter, quando na verdade ela até aqui já tem lucro através do pedágio que todo mundo tem combatido.

Então, quero cumprimentar a COPEL por fazer essas ações de transparência e quero dizer que o meu voto aqui na Assembléia será favorável para que ela continue assim pensando no futuro, para que não tenhamos necessidade de ir buscar energia fora daqui. E sabemos dos contratos que foram cancelados, que eram lesivos ao Estado do Paraná, sabemos que a COPEL comprou uma companhia de energia de telecomunicações, que no nosso ponto de vista não tem nada a ver com ela. A COPEL tem que cuidar da energia do Paraná tem que cuidar daquilo que tem interesse e que é nosso, que é a energia, tem que cuidar principalmente da questão das pessoas mais humildes. E aqui quero lembrar que, quando Deputado no meu primeiro mandato, apresentei um projeto nesta Casa em que já existia, naquele momento, na minha cabeça, o Projeto da Luz Fraterna, está arquivado nos Anais desta Casa, quando apresentei o projeto beneficiando as pessoas mais humildes. E lá atrás não foi entendido, não foi sancionado e foi deixado de lado. E agora, nesse momento, se poucos ou muitos, mas uma grande parte das pessoas está tendo o direito de ter a luz bem mais barata.

Então, o que o senhor mostrou aqui, estou muito satisfeito, acho que o senhor veio aqui com a transparência, respeitou esta Casa, até discutiu com alguns Deputados e acho que esse é o papel da Companhia, o de mostrar o que está fazendo, mostrar com transparência, discutir. E, ao mesmo tempo, quando V. Sa. colocou que o negócio só se concretizará se tiver o apoio da Assembléia, o senhor respeitou o Parlamento. E quando o senhor respeitou o Parlamento, o senhor respeitou o povo inteiro do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. GILBERTO GRIEBLER**

Muito obrigado!

Gostaria de agradecer, Deputado Jocelito, e vou lhe dizer algo que aprendi há muito tempo: ser servidor público é servir o público e não servir-se do público. Essa é a tônica que a COPEL tem hoje na sua direção, principalmente na minha Diretoria.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Queremos agradecer ao Sr. Gilberto Griebler por ter aceito o convite desta Casa.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de levantar a questão de ordem: se não me falha a memória, regimentalmente os Líderes teriam alguns minutos para fazer as considerações finais após o término e pelo que vi, já se encerrou o depoimento...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Na realidade, Deputado Valdir, o Dr. Gilberto comparece a esta Casa hoje como convidado e não como convocado. E o Regimento que V. Exa. cita é quando é convocado o Secretário ou o Diretor de uma empresa, que se procede desta forma.

Então, nós concedemos, realmente, por uma decisão aqui da Mesa, dez minutos a cada Parlamentar, mas a Casa é democrática e vai consultar o Dr. Gilberto se responderia mais alguma questão, se V. Exa....

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, não tenho nenhuma questão, eu só, se V. Exa. não é nenhum questionamento, é apenas para cumprimentar o Dr. Gilberto pela...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a V. Exa. cinco minutos.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Nem são necessário cinco minutos, não quero contestar V. Exa. de forma nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. está dispensado e esta Casa agradece por V. Exa. ter aceito o convite para que aqui se dirigisse.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Queria só fazer um comentário final: agradecer a presença do Dr. Gilberto acho que esta é a forma - fica, é claro, com o direito de discordar- exercermos a democracia. Mas entre muitas histórias contadas por Tancredo Neves, uma das quais foi quando um senhor insinuou que o Tancredo o tinha convidado para Secretário do seu governo e noticiou a todo mundo. Aí ele correu para o então Governador de Minas Gerais e disse o seguinte: "Governador, o que que eu faço - todo mundo está dizendo que eu vou ser Secretário de Governo - e agora? O que que eu faço?" O Governador Tancredo Neves, do alto de sua sabedoria disse o seguinte: "Diga que eu te convidei e você não aceitou". Da mesma forma, Tancredo Neves disse que ele preferia muito mais os companheiros que o criticavam às vezes e discordavam, do que aqueles que o bajulavam, porque aqueles que o bajulavam às vezes tentavam corrompê-lo.

Quero dizer a V. Exa. que continuo admirando-o e respeitando-o, apesar da nossa discordância, porque tivemos aqui um tratamento altamente qualificado e tratamento parlamentar. É isto que enaltece esta Casa e

engrandece os Parlamentares que aqui estão exercendo a sua função.

Obrigado e uma boa tarde e uma estada nesse cargo que V. Sa. encontra-se nesse momento.

O SR. GILBERTO GRIEBLER

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 617/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Altoniense de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Altônia. (**Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003**). **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação. Deputados que aprovam queriam levantar-se.

Dezesseis Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Nenhum.

Não há quórum para continuarmos com a Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 157, 416, 570, 617 e 716/2003; 005, 015, 018, 085, 058, 106, 109, 111, 113 e 122/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 698/2003; 042 e 043/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 712 e 724/2003; 017, 047 e 099/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nº 011, 012 e 016/2004.

Levanta-se a Sessão.

### Ata de CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Delegado Bradock, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades que contou com a presença dos seguintes Deputados membros: Neivo Beraldin, Ratinho Júnior, Artagão Júnior, Plauto Miró Guimarães e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. **APROVADA.** A seguir o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Darci Santos se dirigisse ao lugar destinado aos depoentes e fizesse a leitura do termo de compromisso. A seguir passou a responder às indagações dos Srs. Deputados. Entre outras coisas, relatou que, a pedido do Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn desviava de três a quatro mil reais por semana, adulterando as fitas do caixa, e estes valores eram repassados ao Sr. Nadir Laudene. Requerimento do Deputado Neivo Beraldin, no sentido de que seja reconvocato o Sr. Darci Santos, juntamente com os Srs. Gabriel Kravchychyn e Nadir Laudane, para acareação. Em votação - **APROVADO.** A seguir a Comissão ouviu o depoimento do professor Jair Baltazar Rodrigues. Requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães no sentido de que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, relate a esta Comissão quantos funcionários seus estão à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa ou do Estado. Em votação - **APROVADO.** Em seguida foram ouvidos os Srs. Luiz Vieira Carneiro e Pedro Blaczak. A íntegra das perguntas dos Srs. Deputados e as respostas dos depoentes, constam das notas degavadas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, Deputado Delegado Bradock, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Srs. Deputados-membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) **DELEGADO BRADOCK** - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário